

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

HELLYZABETH DA SILVA BARROS

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MANAUS/AM: O URBANO
PARA POUCOS**

MANAUS - AM

2022

HELLYZABETH DA SILVA BARROS

**A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MANAUS/AM: O URBANO
PARA POUCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do
título de Licenciado em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Iolanda Aida de Medeiros
Campos

MANAUS - AM

2022

HELLYZABETH DA SILVA BARROS

A segregação socioespacial em Manaus/AM: o urbano para poucos

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do título de licenciado em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Iolanda Aida de Medeiros Campos

1º avaliador(a): Profa. Ma. Maria Helena Carvalho Mourão

2º avaliador(a): Profa. Dra. Danielle Mariam Araujo dos Santos

Manaus, 20 de maio de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Deus que me permitiu experienciar toda essa jornada, consolando nos piores momentos.

À minha mãe, tia Rita e meu irmão Ed por terem me criado e me ajudado a chegar aonde estou, à minha irmã Giselly que sempre acreditou em mim e me apoiou todas as vezes que pôde.

Aos meus primos Jonas, Rosane e Rosa por sempre me incentivarem desde jovem a ir atrás dos meus sonhos.

Ao meu pai, por patrocinar meus estudos.

Às minhas avós, que antes de morrerem, me pediram para nunca desistir dos estudos.

Aos amigos, em especial Nick, Amanda, Emmyle, Letícia, Athila, Ana, Larissa, Maria Clara e Giane por terem me ajudado tanto, sem vocês esse trabalho não teria sido finalizado.

Aos amigos da faculdade, em especial para a Kemylla, Ana Gaia, Gabriela e João Paulo. Obrigada por tudo, vocês tornaram minha vida mais leve e divertida.

Ao Grupo Fraternal Mensageiros, que contribuiu de forma positiva para a minha saúde mental, me ajudando a suportar melhor os desafios acadêmicos que surgiram pelo caminho.

À professora Susane e ao professor Isaque, que me deram a chance de fazer uma iniciação científica e descobrir o que eu queria fazer dessa vida, que tanto me ensinaram com paciência e extrema qualidade.

À professora Ana Paulina, que muito me ensinou sobre disciplina e rigor teórico, que muito contribuiu para que eu começasse a ter uma visão mais madura acerca do fazer geografia.

À professora Iolanda, minha orientadora desse trabalho de conclusão de curso, que com muita paciência e empatia me orientou da melhor forma possível a desenvolver este trabalho.

“[...] Manaus tem um pouco de nada e muito de tudo, sendo concomitantemente a cidade doce e dura em excesso.”

José Aldemir de Oliveira, geógrafo

RESUMO

A segregação socioespacial é conhecida por todos, mas não o seu verdadeiro sentido. O senso comum a entende apenas como uma separação entre classes, mas esse processo vai muito além disso. Existe uma relação entre a segregação socioespacial e a produção do espaço urbano na cidade de Manaus/AM e é a partir disso que a pesquisa se desdobra. A pesquisa teve como objetivo central analisar de forma crítica como se expressa a segregação socioespacial do espaço urbano manauara. Por isso, utilizou-se, especialmente, as obras de Ana Fani Alessandri Carlos, Fabiana Ribeiro, Arlete Rodrigues, José Aldemir de Oliveira, Eduardo Braga dentre outros para compreender a produção do espaço urbano de Manaus e a segregação socioespacial, a fim de investigar as expressões da segregação socioespacial de Manaus nos momentos mais importantes da história urbana da cidade. A partir da análise dos períodos da borracha, de estagnação financeira e da Zona Franca de Manaus, compreendeu-se que a segregação socioespacial é um processo vinculado à expansão horizontal da cidade, sendo ela sempre presente em todos os principais momentos da produção desse espaço urbano. A presença concentrada de ações e estratégias do Estado apenas para uma pequena parcela da sociedade manauara resultou na luta por moradia, que desencadeou, no período da borracha, na ocupação de áreas periféricas de risco ou margens de igarapés. No período de estagnação econômica, a segregação socioespacial teve seu auge na Cidade Flutuante, que é a representação máxima do problema de moradia urbana da capital amazonense. Após a implantação da Zona Franca de Manaus, a segregação socioespacial se expande junto com o crescimento demográfico, pois, a massa populacional que chega, visando trabalhar no Distrito Industrial, se depara com uma cidade que não estava preparada para recebê-la. A importância dessa pesquisa está em contribuir ainda mais para o estudo das dinâmicas urbanas da cidade de Manaus, sendo um trabalho inicial que servirá de base para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Produção do Espaço Urbano; Urbanização.

ABSTRACT

The socio-spatial segregation is known to all, but not its true meaning. Common sense understands it only as a separation between classes, but this process goes much further than that. There is a relationship between socio-spatial segregation and the production of urban space in the city of Manaus/AM and it is from this that the research unfolds. Its main objective was to critically analyze how the socio-spatial segregation of the urban space in Manaus is expressed. Therefore, the works of Ana Fani Alessandri Carlos, Fabiana Ribeiro, Arlete Rodrigues, José Aldemir de Oliveira, Eduardo Braga, among others, were used to understand the production of urban space in Manaus and the socio-spatial segregation, in order to investigate the expressions of the socio-spatial segregation of Manaus in the most important moments of the urban history of the city. From the analysis of rubber periods, financial stagnation and the Manaus Free Trade Zone, it was understood that socio-spatial segregation is a process linked to the horizontal expansion of the city, which is always present in all the main moments of the production of urban space. The concentrated presence of State actions and strategies for only a small portion of manauara society resulted in the struggle for housing, which triggered, in the rubber period, the occupation of risky peripheral areas or banks of streams. In the period of economic stagnation, socio-spatial segregation reached its peak in the Floating City, which is the maximum representation of the urban housing problem in the capital of Amazonas. After the implementation of the Manaus Free Trade Zone, socio-spatial segregation expands along with demographic growth, since the population that arrives, aiming to work in the Industrial District, is faced with a city that was not prepared to receive it. The importance of this research is to contribute even more to the study of urban dynamics in the city of Manaus, being an initial work that will serve as a basis for future research.

Keywords: Socio-Spatial Segregation; Urban Space Development; Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos.	35
Figura 2 - Cidade de Manaus.....	36
Figura 3 - Cidade Flutuante no Rio Negro na Orla de Manaus.	44
Figura 4 - Produção do espaço urbano em Manaus.	48
Figura 5 - Operação remove barracos ao lado da Reserva Adolpho Ducke em Manaus	59
Figura 6 - Remoção de Famílias na Ocupação Irregular Monte Horebe	59
Figura 7 - Conjunto Habitacional Viver Melhor	64
Figura 8 - Condomínio Residencial Jardim Das Américas – Ponta Negra	64
Figura 9 - Loteamento Fechado no Conjunto Ajuricaba	64
Figura 10 - Casas Construídas na Margem do Mindu	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO-----	10
2.1 Produção do espaço urbano	10
2.2 Segregação socioespacial no contexto urbano	24
3 METODOLOGIA-----	32
3.1 O Método	32
3.2 Procedimentos Metodológicos	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES-----	36
4.1 A urbanização de Manaus: antecedentes e consequências.....	36
4.1.1 Apogeu da borracha: Manaus, a “Paris dos trópicos”	36
4.1.2 Manaus e a espera do porvir	40
4.1.3 A Zona Franca de Manaus.....	49
4.2 A segregação socioespacial	54
4.2.1 Segregação socioespacial: uma breve análise	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	67
REFERÊNCIAS-----	69

1 INTRODUÇÃO

A cidade é essencial para o sistema capitalista, é nela que ele tem a sua base, sendo também, um lugar em que a sociedade se expressa de diversas formas e luta pelo que quer. Manaus, uma cidade localizada na confluência entre o Rio Negro e o Rio Solimões, é carregada de contradições diversas em seu espaço urbano, tão complexas dada a sua localização geográfica – no coração da floresta amazônica – e tão fascinantes. É para entender um dos tantos processos inseridos na produção do espaço urbano manauara que esse trabalho se volta.

De “Paris dos trópicos” a “Manaus da decadência” para então ser a Manaus industrializada, base da Zona Franca de Manaus. Todos esses momentos importantes para o urbano da cidade de Manaus contribuem para a lógica do espaço atual. Dado essas circunstâncias, a monografia aqui desenvolvida partiu com o enfoque para os seguintes objetivos: a) Geral - Analisar de forma crítica como se expressa a segregação socioespacial do espaço urbano manauara; b) Específicos - Apreender a progressão histórica da urbanização em Manaus; Compreender os principais fatores que desencadeiam o processo de segregação e autosegregação socioespacial na cidade de Manaus.

Para chegar a tais objetivos, optou-se em compreender sob a luz do método crítico-dialético, que compreende o homem como um ser histórico, produtor e produto de contradições, que vive o eterno ciclo da tese, antítese e síntese (SPOSITO, 2004). Além do mais, foi utilizada uma metodologia que valorizasse os dados qualitativos, elencando bibliografias para o estudo dos principais momentos da cidade de Manaus que contribuíram para a modificação do espaço urbano e para a expansão da segregação socioespacial.

Esse trabalho é importante ao contribuir à teoria do espaço urbano na cidade de Manaus, a partir da perspectiva da segregação socioespacial. Além disso, é um trabalho que servirá de base teórica para trabalhos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica do trabalho em questão está pautada na compreensão do processo de segregação socioespacial no contexto geral da produção do espaço urbano no sistema econômico capitalista, nas políticas públicas voltadas ao planejamento urbano que visam solucionar para os problemas de produção do espaço urbano no recorte de análise, a cidade de Manaus. A pesquisa foi produzida a partir da temática da Geografia Urbana, com enfoque na produção do espaço urbano a partir do processo de segregação socioespacial. Aqui, o enfoque teórico é na produção do espaço urbano focada na questão da expansão do sistema capitalista de produção e alguns dos seus efeitos, como a desigualdade social e a luta pela moradia.

2.1 Produção do espaço urbano

Neste fundamento teórico se explana acerca das características gerais do espaço urbano, as quais podem ser observadas em várias cidades ao redor do mundo, e conseqüentemente nas cidades brasileiras. Levando em consideração que o espaço produzido leva em consideração a produção histórica e é meio, condição e produto para a prática espacial. Elencamos autores contemporâneos que são coerentes com o que foi trabalhado nesta monografia. Além da escolha de autores que pensem a produção do espaço urbano considerando a realidade das cidades brasileiras, neste tópico também há autores que analisaram a realidade da produção do espaço urbano da cidade de Manaus, importante na construção da análise sobre a segregação socioespacial nesta cidade.

Carlos (1994) colabora para o entendimento não somente do espaço urbano, mas da sua produção sob a perspectiva do sistema capitalista e da produção social. Por conseguinte, de modo geral, ela considera que:

Em primeiro lugar, o espaço geográfico não é a base da história mundial, mas o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho que ocorrem num determinado momento histórico entre os homens e a natureza. É um processo de produção e também um processo de reprodução, fundamentado de um lado na acumulação técnico-cultural, e, de outro, na relação dialética entre o velho (espaço como meio de produção) e do novo (o processo de produção atual em si), implicando a idéia de continuidade – do processo de desenvolvimento da própria sociedade (CARLOS, 1994, p. 33-34).

O espaço geográfico não é um mero palco para a relação humana com o ambiente, ele não é a base, ele é construído ativamente ao longo da história humana, levando em consideração

a acumulação cultural e o avanço das tecnologias de cada sociedade. É no espaço geográfico que pode ser compreendido o processo contínuo de desenvolvimento da sociedade. Compreendido isso, a autora afirma que:

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) (CARLOS, 1994, p. 34).

Essa ideia de produção e reprodução do espaço urbano pode ser entendida a partir da ideia de que se produz de forma única os espaços e, ao mesmo tempo, se reproduz espacialmente signos e instrumentos que contribuem para a acumulação do capital no espaço urbano. A reprodução espacial, que antecede a totalidade, se realiza por entre o novo e o velho, as construções, os tipos de ruas e o uso do solo (CARLOS, 1994, p. 48). Já a produção do espaço urbano está fundamentada num processo desigual, o que resulta em contradições espaciais (CARLOS, 1994, p. 48). Por conseguinte, entender que a relação produção e reprodução do espaço urbano conduz ao entendimento da realidade urbana.

Existe uma dinâmica no espaço urbano que é muito importante para a reprodução e acumulação do capital, ela está ligada à redistribuição do uso de áreas já ocupadas, deslocando o comércio e os habitantes e está relacionada à ocupação de novas áreas que irão trazer para esse novo espaço ocupado novas formas de valorização do espaço urbano (CARLOS, 1994, p. 51). Ainda sobre isso, a autora discorre que:

No caso das grandes cidades, por exemplo, ocorre geralmente a deterioração do centro e/ou das áreas centrais que passam a ser ocupados por casas de diversão noturna, pensões, hotéis de segunda classe, zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados “bairros ricos” localizados próximo às áreas centrais sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores “fogem” para [áreas privilegiadas mais afastadas, surgindo os bairros-jardins, as chácaras, os condomínios “fechados”. É a moradia como sinônimo de *status* (CARLOS, 1994, p. 51).

Essa movimentação no espaço urbano das metrópoles pode ser considerada uma autoss segregação, que está inserida no processo de segregação socioespacial. De outro lado, há a realidade daqueles que se movem para áreas mais distantes com objetivos opostos, visando terrenos mais baratos e com a inexistência de infraestrutura urbana (CARLOS, 1994, p. 51). A autora considera que:

Podemos analisar o urbano de dois pontos de vista: o do *produtor*, que necessitará de equipamentos de infra-estrutura, de informação, de inovação, de amplas instalações e o do *consumidor*, que usará o espaço fundamentalmente por questões de sobrevivência: o habitar e o trabalho, mas que para tal necessita de equipamentos de lazer, oferecimento de determinados bens e serviços coletivos, de cultura etc. Em suma, cada um desses personagens tentará usufruir desse espaço do melhor modo possível, mas, se levarmos em conta que o produzir não exclui o consumo, e vice-versa, a análise nos colocará outras questões (p. 52-53).

Dessa maneira, observa-se que o urbano possui dois agentes que interagem e se relacionam com o espaço urbano, modelando à sua maneira e produzindo contradições. É importante atentar-se ao fato de que esse processo de produção do espaço urbano não ocorre sem conflitos, pois existem contradições ligadas diretamente às diferenças de necessidades entre esses dois personagens, e tudo isso gira em torno da propriedade privada do solo e seu uso, que possuem sua relação mediada direta ou indiretamente pelo mercado (CARLOS, 1994, p. 53).

Essa reprodução do espaço urbano traz a ideia de que a cidade, segundo Carlos (1994, p. 63) “cresce e o ser humano desaparece, como ser que tem vontades, desejos, idéias enfim, que sente e que se encontra impotente diante da cidade que ele próprio produziu.”, é o indivíduo se tornando alheio ao que ele próprio produz em seu cotidiano, fator teórico básico para o entendimento acerca dos mais importantes momentos de produção do espaço urbano manauara.

Assim, autora salienta que “O processo de (re)produção do espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da (re)produção humana – considerado como meio de consumo – e da (re)produção do capital, como condição geral de produção sob a forma de capital fixo.” (CARLOS, 1994, p. 98). Sendo assim, para apreender a produção do espaço urbano, é necessário levar em consideração que esse processo acontece a partir do par dialético (re)produção humana - que muitas vezes resiste à lógica do espaço como mercadoria – e (re)produção do capital, que se expande para manter-se firme, se produzindo a partir do capital fixo.

A contribuição de Maricato (2013) para a construção desta monografia se deu a partir da análise da urbanização brasileira, mesmo que de forma breve, para compreender os principais fatores determinantes na produção do espaço urbano nas cidades brasileiras, indo dos principais momentos econômicos que contribuíram para a urbanização de várias cidades brasileiras até uma análise sobre as mazelas do urbano versus quem realmente usufrui de todas as benesses urbanas. Dito isso:

O Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população

urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. [...] Constatamos, portanto, que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Considerando apenas a última década do século XX, as cidades brasileiras aumentaram em 22.718.968 pessoas. Isso equivale a mais da metade da população do Canadá ou a um terço da população da França (MARICATO, 2013, p. 16).

A partir disso, percebe-se que houve uma grande explosão demográfica nas cidades, causando transtornos e desafios que em poucos casos foram solucionados facilmente. Maricato (2013) explica que os caminhos tomados para o planejamento urbano fugiram da realidade, buscando planejar de forma inovadora, com o objetivo de “criar uma cidade do futuro”, no entanto, o legado deixado pelos governantes foi apenas de trabalhos mal desenvolvidos, os quais causaram mais transtornos.

Neste movimento de explosão demográfica na cidade, grande parte da população ficou destituída dos benefícios da infraestrutura urbana, reféns da autoconstrução e das adversidades de ocupar de forma inapropriada o espaço.

Somando-se a isso, o investimento na industrialização de bens não duráveis, a partir de 1930 para diminuir a sua importação, marcou o início da industrialização brasileira, que contribuiu para o crescimento urbano nas décadas seguintes (MARICATO, 2013). Todavia, a partir de 1950, Maricato (2013, p. 18-19) afirma que “o processo de industrialização entra em nova etapa. O país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção”, trazendo o questionamento de como as cidades iriam reagir à crescente expansão industrial cujos *locus* de produção são os espaços urbanos. Neste aspecto:

Além dos inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, o automóvel, produzido por essa grande indústria fordista, a partir dos anos 50, iria promover mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (que inicialmente eram restritos às faixas de maior renda) e também na habitação e nas cidades. Com a massificação do consumo dos bens modernos, especialmente os eletro-eletrônicos, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homoganeamente moderna (MARICATO, 2013, p. 19).

A cidade, *locus* de produção do sistema capitalista, vai se modificando de acordo com os incentivos econômicos voltados para a indústria, entretanto esse processo aumentou a desigualdade social, conforme o argumentado a seguir:

O Brasil apresentou crescimento econômico acelerado durante o período de 1940 a 1980, sem, entretanto, modificar significativamente a forte desigualdade social existente [...]. O impacto do declínio econômico nas décadas de 1980 a 1990 sobre uma sociedade já desigual aprofundou a exclusão social (MARICATO, 2013, p. 29).

Essa desigualdade sinalizada pela autora, persiste mesmo com um crescimento econômico durante 40 anos, pois não houve planos para solucionar os problemas no espaço urbano, causados pelo grande contingente populacional aglomerado nas capitais dos estados nesse período, incentivado pela industrialização concentrada no sudeste do país. Além do mais, não houve sequer projetos que pensassem em contribuir para a ascensão econômica de grande parte da população ou pelo menos garantisse condições humanamente apropriadas de vida para todos. A autora ainda aborda sobre a essência da dinâmica da urbanização brasileira no século XX ao tecer o seguinte comentário:

Apesar das características de diminuição do crescimento demográfico e da taxa de natalidade, é notável a dimensão da dinâmica de urbanização durante todo o século XX [...] Trata-se, entretanto, de uma gigantesca construção de cidades, parte dela feita de forma ilegal, sem a participação dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos. Ou seja, trata-se de um imenso empreendimento, bastante descapitalizado e construído com técnicas arcaicas, fora do mercado formal (MARICATO, 2013, p. 37).

O país passou por muitos momentos que proporcionaram uma produção do espaço urbano pautada num urbanismo para poucos e em desigualdades materializadas nas periferias de várias cidades ao longo do país. Visto que:

O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, [...] “a regra se tornou exceção e a exceção regra”. A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria (MARICATO, 2013, p. 39).

O espaço urbano brasileiro durante o século XX foi produzido sem dar oportunidades para a ocupação de grande parte da população, que serve de mão de obra para a indústria, dispondo de áreas urbanas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e saneamento básico nulo ou insatisfatório nas periferias das cidades do Brasil. A população, entregue à própria sorte, precisava e ainda precisa lidar com uma produção do espaço, cujo processo ocorre devido à ausência do estado, na seguinte forma:

O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Legislação urbana detalhista e abundante, aplicação discriminatória da lei, gigantesca ilegalidade e predação ambiental constituem um círculo que se fecha em si mesmo (MARICATO, 2013, p. 39).

Neste sentido, a ausência do principal agente produtor do espaço, o Estado, é identificada nas duas pontas, a primeira a falta de política pública direcionada ao processo de urbanização, a qual implica em investimentos em infraestrutura urbana e programas habitacionais. A segunda está relacionada à falta de fiscalização no processo de produção do

espaço urbano. Além disso, os órgãos responsáveis pela implementação dos planos de legislação urbanística não contam com recursos humanos suficientes e de qualificação específica para exercer as funções de controle urbanístico (MARICATO, 2013, p. 59).

Desse modo, entende-se que a intervenção do Estado em incentivar a industrialização em diferentes momentos da história brasileira no século XX contribuiu para a urbanização de várias cidades, principalmente da capital amazonense. Contudo, como já sinalizado pela autora, essas ações do Estado se limitavam a incentivar e não propunham um planejamento e preparo das cidades para o grande contingente população que iria chegar, deixando grande parte da população, que é vista pelo sistema capitalista como mão-de-obra e exército de reserva, à mercê da própria sorte, sendo obrigada a ocupar espaços com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, alienadas da vivência do urbano.

Volochko (2018) traz a importância de pensar a reprodução desigual do espaço urbano, focado na produção habitacional das periferias urbanas, explicando que:

[...] envolve de modo geral pensar os novos conteúdos da urbanização contemporânea por meio dos conflitos entre a cidade como espaço capitalista (espaço dominado pela ação estatística e pela lógica de valorização) contraposto à cidade como espaço do uso e apropriação pela vida cotidiana (VOLOCHKO, 2018, p. 106).

É na periferia, em muitos casos, que se encontra grande concentração daqueles que, de alguma forma, foram impossibilitados de morar em áreas com equipamentos urbanos e infraestrutura adequada para a população, sendo a questão da moradia o fator central de produção dessa periferia (VOLOCHKO, 2018). Ao longo do tempo, a casa própria na periferia que nasce da autoconstrução começa a dividir espaço com um novo tipo de moradia, a das habitações populares, assim sendo a:

[...] análise da paisagem contemporânea das periferias nos mostra importantes transformações. Com efeito, a paisagem nos evidencia o plano do imediatamente visível, apontando ao mesmo tempo para o espaço edificado/construído (morfologia espacial) e para o movimento da vida: relações sociais, também atravessadas pela realidade das classes sociais (morfologia social) (VOLOCHKO, 2018, p. 109).

Com essas duas condições, estabelecem-se as relações de produção de novas realidades e reprodução de certos padrões urbanos na periferia. A realidade condicionada pelo mercado imobiliário e as políticas públicas voltadas para a habitação resultou na implantação do Minha Casa Minha Vida, que nada mais são que residenciais populares que passaram a ser construídos em áreas pouco valorizadas da cidade, visando solucionar a problemática da moradia nas cidades brasileiras (VOLOCHKO, 2018, p. 109).

O autor, a partir dessa análise das relações sociais com o espaço urbano e a produção do espaço urbano contemporâneo na periferia, enxerga o movimento de conjuntos habitacionais fechados como possibilidade para o novo momento do capital, em que o espaço é visto como mercadoria e o Estado favorece as condições necessárias para que os agentes do capitalismo, a exemplo do mercado imobiliário e os bancos, possam utilizar do espaço em favorecimento dessa lógica do sistema capitalista de produção, produzindo conjuntos habitacionais fechados para a população mais carente de recursos financeiros, mas que agora possuem a oportunidade de empréstimo bancário para adquirir a tão sonhada casa própria, é o processo de “urbanização” da periferia. Dito isso:

[...] as incorporações oferecem “produtos imobiliários completos” uma vez que supostamente podem “urbanizar” fragmentos das periferias através da construção de empreendimentos fechados que contam com algumas infraestruturas (ruas pavimentadas, iluminação, esgotamento sanitário). Mas, ao realizar isso, acentua-se a separação existente entre estes novos espaços e os lugares do entorno, além de gerar uma grande demanda por serviços urbanos que muitos municípios podem não conseguir suprir. Então esse processo revelaria que primeiro se garante a realização dos negócios imobiliários, depois solicita-se que poder público municipal os torne espaços dotados de melhores condições de urbanidade. Por vezes, o conjunto de condomínios localizados em determinada região pode constituir uma centralidade e atrair comércio, outros empreendimentos e melhorias urbanas para esse local, mas com isso também se valoriza o lugar, levando ao encarecimento dos preços dos imóveis, potencialmente expulsando os moradores em situação de maior pobreza (VOLOCHKO, 2018, p. 110).

A ilusão de condições melhores de moradia logo termina, haja vista que há desafios tanto para quem mora nesses conjuntos residenciais fechados como para quem vive em seu entorno. A questão da moradia no Brasil se tornou instrumento para a expansão do capital nas áreas periféricas da cidade, sob a forma de edificações populares que valorizam o espaço em que se materializam e reproduzem as desigualdades tão características do urbano. Sendo assim:

A temática/problemática da produção habitacional levada a efeito pelos setores imobiliário-financeiro-estatista envolve, nos moldes como vem ocorrendo, a reprodução de negatividades mais amplas, entre elas uma maior precarização da vida urbana – maiores distâncias, falta de equipamentos urbanos em detrimento da “aposta” da casa própria, o que acentua a segregação urbana. Moradores de determinados espaços periféricos procuram se tornar proprietários de suas casas em outra faixa periférica mais distante, promovendo um deslocamento espacial entre periferias mais e menos distantes. A financeirização imobiliária da pobreza da moradia urbana no Brasil nos leva a pensar em novos processos de periferação, o conteúdo de um deslocamento entre periferias, uma reprodução intraperiferias se quisermos, buscando esclarecer a chamada classe C, sua miséria enriquecida diante da forte desigualdade brasileira (VOLOCHKO, 2018, p. 123).

O autor sinaliza tanto os agentes sociais que modelam a cidade, como a precarização da vida urbana a partir do crescimento das ações dos agentes do capital na periferia, o que resulta em lugares da cidade que não experienciam o viver o urbano da mesma forma que as zonas

mais valorizadas da cidade, pois sequer possuem equipamentos urbanos. A falta de infraestrutura urbana, o deslocamento espacial e o sonho da casa própria são questões que condicionam diretamente a produção de moradias no espaço urbano e, para além disso, são a essência do estudo da segregação socioespacial.

Já Ribeiro (2018), em seu artigo “Produção contraditória do espaço urbano e resistências”, entende que os desafios inseridos no espaço urbano em decorrência dos processos hegemônicos de acumulação do capital contribuem para uma generalização da segregação socioespacial (RIBEIRO, 2018, p. 171). A partir disso:

Na urbanização brasileira, o vínculo entre segregação socioespacial e resistência no espaço urbano adquire nuances diferenciadas ao compará-la a outros países, justamente pelas especificidades da formação histórica, social e política de nossa sociedade. Dentre as especificidades que queremos destacar, temos a desigualdade levada a cabo, principalmente, pela formação da propriedade privada da terra e a construção de uma sociabilidade que se reproduz sob a égide de relações autoritárias. [...] Estes conteúdos produziram um espaço urbano que se transformou em um continente vantajoso para o avanço de estratégias mundiais do capital ao produzir, contraditoriamente, uma íntima relação entre o arcaico e o moderno (RIBEIRO, 2018, p. 171).

É por meio do par dialético segregação socioespacial versus resistência que a autora explora a questão da desigualdade que é uma característica extremamente comum nas cidades brasileiras, principalmente Manaus, analisando à sua perspectiva os impactos da expansão do capital no espaço, transformando-o em mercadoria em detrimento do valor de uso. Ao mesmo tempo em que o capitalismo se reproduz no espaço gerando dentre vários processos o da segregação socioespacial, em contrapartida, há a resistência daqueles que reivindicam diversas coisas, sendo o nosso foco principal a reivindicação da moradia, elemento essencial para habitar a cidade e viver o urbano.

A partir da propriedade privada da terra, a autora explana acerca dos fatos que foram gerados a partir do momento em que a propriedade privada da terra passou a ser restrita para um número cada vez menor de cidadãos, especificamente sob o domínio daqueles que mais possuem poder aquisitivo para expropriar e dominar terras urbanas (RIBEIRO, 2018, p. 171-172). Para além disso, sobre as resistências e a propriedade privada da terra, a autora discorre que:

No Brasil, as resistências, seja no rural ou no urbano, estiveram denunciando a formação da propriedade privada da terra como fundamento da desigualdade, principalmente pelas constantes expulsões daqueles que não podiam arcar com novos custos da moradia. Um número cada dia maior de pessoas tornava-se objeto de remoções quando o lugar se inseria nas recentes centralidades econômicas que despontavam (RIBEIRO, 2018, p. 174).

Resistir ao movimento de expropriação do lugar onde se mora, é reivindicar fazer parte do urbano, da cidade e de todas as relações espaciais que um indivíduo possa ter com o espaço em que ele produz e reproduz sua vida. A autora explora em seu artigo desde os primeiros passos para um controle do espaço com a Lei de Terras em 1850 para chegar à atualidade e analisar as formas de produção do espaço interligadas com a lógica de segregação socioespacial (RIBEIRO, 2018, p. 174). Na atualidade, a realidade é a seguinte:

Como próprio do movimento da propriedade privada, a transformação da renda territorial levou à subordinação do trabalho em relação ao capital no processo de integração à economia. Na medida em que se construiu dessa forma, o capitalismo se consolidou tendo a propriedade territorial como base de sua expansão. Houve a continuidade da legislação sobre a terra ao serem dadas as garantias de negociação com ela. A consequência desses fatos é o impedimento do acesso à terra aos trabalhadores sem recursos, gestando e normatizando as formas de usos. Vigora-se, assim, um domínio sobre o espaço que determina diferenças quanto à possibilidade de apropriação (RIBEIRO, 2018, p. 175).

Por conseguinte, essa é a mais expressiva característica das relações entre o sistema capitalista de produção do espaço e a sociedade. Os conflitos são constantes, a dominação constante de espaços antes desvalorizados move as relações socioespaciais, pois os trabalhadores sem recursos expandem sua luta e resistência da forma que lhes é possível. Dito isso, ainda podemos destacar:

A resistência como luta pelo espaço transmuta-se em confronto à tendência lógica de produção do espaço urbano especificamente capitalista. Isto é, ela carrega questionamentos sobre a contínua homogeneidade que se pretende impor ao espaço por meio de novas morfologias que pretendem reproduzir uma sociabilidade pautada na fragmentação e na distribuição desigual da riqueza e de poder (RIBEIRO, 2018, p. 182).

Assim, os conflitos espaciais entre os que resistem e os que dominam colocam em xeque a contínua homogeneidade que o modo capitalista de produção sempre procura impor, onde a fragmentação e a distribuição desigual da riqueza são importantes fatores para a expansão do capital para áreas que anteriormente possuíam pouco interesse para os seus agentes.

Partindo para a produção do espaço urbano em Manaus, foi utilizado como referência teórica Oliveira (2003), que essencialmente trata de uma Manaus que produzia o urbano num período de crise de 1920 a 1967, elencando os antecedentes que influenciaram diretamente nas principais formas de produzir o espaço urbano – retomando o período do auge do I Ciclo da Borracha em muitos momentos para justificar as motivações dos agentes espaciais em produzir o espaço.

Essencialmente, Oliveira entende que:

“[...] a espacialidade da cidade no período compreendido entre 1920 a 1967 se desenvolveu pelo encadeamento de continuidades e rupturas, num sistema de ações que em alguns momentos eram extraordinariamente dramáticas, marcadas pela queda do preço da borracha e pela crise política (OLIVEIRA, 2003, p. 19)

O autor acima indica que a produção do espaço urbano da cidade de Manaus não somente seria influenciada pelo período do I Ciclo da Borracha como também pelo seu declínio, que afetaria não somente a elite que se apropriou dos lucros obtidos, como também influenciou a produção do espaço urbano na cidade e para além dela. Antes da Zona Franca de Manaus, o autor já deixa bem claro que o período que sofreu influência da borracha é menor ao posterior (OLIVEIRA, 2003, p. 20).

É importante alertar que, assim como os outros autores que trabalharam o urbano, Oliveira (2003) ressalta:

A resistência, em diferentes épocas, constitui-se, do ponto de vista sócio-espacial, no inconformismo com as novas relações sociais de produção que se impunham. Este processo é contínuo, mas não-linear, no tempo e no espaço e reflete múltiplas dimensões da vida que se desenrola no espaço, das quais ficaram resíduos na paisagem urbana (OLIVEIRA, 2003, p. 21).

Isto é, o outro lado da moeda da produção desse espaço urbano, logo, as pessoas que estão afastadas dessa realidade de usufruir os benefícios produzidos pelo Estado e pela elite naquele momento, resistem à imposição de afastamento, criando um processo complexo que revela várias dimensões da vida que é materializada no espaço. Ainda sobre essa questão, o autor afirma:

Em Manaus não foi apenas a sociedade que se adaptou à reprodução das relações de produção, mas todo o espaço, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, diferenciado e vendido aos pedaços. Parte significativa da população teve seu cotidiano reduzido ao consumo de migalhas, sendo continuamente afastada das conquistas que as transformações ocorridas na cidade, por exemplo, no período da borracha, poderiam lhes possibilitar. Em decorrência, engendrou-se um espaço urbano reduzido a fragmentos articulados que a todo custo a centralidade imposta pelo poder coercitivo atraiu, normatizou e hierarquizou. A centralidade que se impôs tentou reduzir as diferenças e produzir um espaço urbano homogêneo. Essa homogeneidade é aparente, visto que a cidade é fragmentada podendo ser identificadas várias cidades dentro da cidade de Manaus (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

Existem alguns fatores na produção do espaço urbano manauara que não se modificaram com o tempo. Mudou-se alguns agentes de produção do espaço ou o principal motor da economia da cidade, mas a reprodução de um espaço homogêneo que por si só resulta em um urbano fragmentado e diferenciado existe desde os primórdios da urbanização de Manaus. Essa realidade em que grande parte da população fica aquém de um cotidiano que proporcione qualidade de vida e possibilidades de ascensão financeira já fazem parte da identidade da produção da cidade desde o início do período da borracha. Várias cidades dentro da cidade de

Manaus indicam o quão complexa a produção do espaço urbano dessa cidade é, a ponto de que a homogeneidade está inserida no interior dessas áreas fragmentadas, uma delas possuindo a centralidade econômico-social, há várias realidades inseridas neste prisma urbano que a cidade de Manaus é.

Outrossim, o autor induz a uma reflexão importante sobre o espaço urbano:

Compreender o espaço urbano significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se especializa na cidade. Ao se identificar o modo como os vários agentes produtores do espaço urbano se espacializam na cidade, é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender as inter-relação processo e forma, o que significa, do ponto de vista geográfico, a descrição seguida da análise da paisagem (OLIVEIRA, 2003, p. 30).

Partindo para um momento mais adiante do auge da borracha, Oliveira (2003) disserta:

A Manaus de 1920 é resultado do apogeu e do declínio da borracha. A produção do espaço da cidade desenvolveu-se menos sob influência de suas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriu com o crescimento econômico determinado pela produção e exportação da borracha. Manaus esteve, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional, portanto a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair e desconhecer que havia a minoria interna que se beneficiou de todo o processo de exploração do látex (p. 36).

A produção do espaço urbano manauara no final do século 19 e nas duas primeiras décadas do século 20 era amplamente influenciada pelo modo de vida europeu, materializando-se nos prédios, calçadas e arruamento central (OLIVEIRA, 2003). Para além da elite internacional que se favoreceu da economia do látex, houve um seletor e pequeno grupo social que produzia e reproduzia espacialidades na “Paris dos trópicos”, a elite local, os “Barões da Borracha”. O *boom* econômico na região contribuiu para a intensificação de ações pautadas no conservadorismo econômico, exclusivamente ligados à exportação de produtos naturais (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Para o autor, a decadência da borracha foi um longo processo que tem seu princípio na queda dos preços da borracha em decorrência ao excesso de estoques do mercado internacional, que ocorreu com a entrada da borracha asiática e pelo uso da borracha recuperada nas indústrias americanas (OLIVEIRA, 2003, p. 41-42).

Oliveira (2003) assinala ainda neste livro as mudanças e as permanências no espaço urbano da cidade de Manaus - o que mudou desde o fim da pujança da borracha e o que permaneceu desse período econômico que mudou a produção do espaço urbano da cidade e a inseriu na lógica de reprodução do espaço no sistema capitalista – a mobilidade urbana,

pavimentação, iluminação pública dentre outros instrumentos de infraestrutura urbana. Além disso, as ações do estado, elite local e população – que são os principais agentes produtores do espaço observados em sua obra – são minuciosamente analisadas para compreender os impactos desses agentes no espaço urbano da cidade de Manaus num período que abarca mais da metade do século 20.

Indo para a questão geral da moradia, que possui importantíssimo papel na compreensão da segregação socioespacial, sendo o fator central desta discussão, parte-se para questões específicas acerca da produção do espaço urbano manauara, visando alcançar o entendimento fundamental para a evolução de uma análise sobre esta cidade. Oliveira e Schor (2009) exploram de forma magnífica todo esse processo de produção do espaço urbano na cidade de Manaus de forma sucinta que, diga-se de passagem, inicia-se:

Nas últimas décadas do século XIX, ocorre a primeira expansão urbana, propiciada pela produção da borracha. Esse período pode ser caracterizado, do ponto de vista da morfologia da cidade, pela expansão e pela criação de infraestrutura e de serviços urbanos, que se desenvolvem menos pelas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriram com o crescimento econômico determinado pela produção e pela exportação da borracha. Manaus fica, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional. Portanto, a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair, desconhecer ou mesmo desvalorizar o fato de que há uma minoria interna que se beneficia com o processo de exploração do látex e com a expansão dos serviços urbanos (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 64).

As primeiras expressões de construção e produção do espaço urbano em Manaus são influenciadas essencialmente pelo exterior. Manaus sendo uma das capitais que recebiam toda a produção de látex, vivia um momento de importância internacional, sendo uma cidade cosmopolita. Contudo, nem todos os habitantes da cidade desfrutavam da mesma forma os resultados deste ciclo econômico.

A infraestrutura urbana construída – transporte, energia e saneamento - atendia os interesses de uma elite que concentrava os lucros adquiridos da economia da borracha, não suprimindo a totalidade da população e muito menos a demanda por infraestrutura urbana para as classes mais pobres (OLIVEIRA; SCHOR, 2009).

A “Paris dos Trópicos” perde a importância internacional após a queda do ciclo da borracha, na década de 20. Manaus é assolada por uma crise econômica e social, pois a pobreza se torna mais aparente e toda a dinâmica de produção do espaço urbano regido pela economia da borracha, mais especificamente a influência do exterior na cidade, perde o sentido. A materialização desse tempo em que a cidade respirava “ares europeus” é ofuscada pela

expansão sem planejamento urbano, em que a população ocupa áreas próximas ao centro, o que cabe salientar:

“[...] a cidade não é o resultado das determinações do Estado e do capital, ela também contém na sua paisagem as ações simples dos seus moradores que atenuam os efeitos estruturais hegemônicos e determinam contradições e modos diferenciados de relacionado dos vários sujeitos produtores da cidade” (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 69).

O segundo Ciclo da Borracha não trouxe o mesmo lucro financeiro, mas atraiu muitas pessoas para a região norte, não conseguindo suprir o problema econômico de desenvolvimento regional da região, que persistiu por mais algumas décadas. Nos anos 60, colocam em prática planos de desenvolvimento regional da Amazônia, neste contexto comentam os autores:

A política de integração da Amazônia, mais efetiva a partir dos anos 60, determinou a produção de diferentes formas espaciais para embasar o desenvolvimento de novas atividades econômicas, que se chocaram com as relações de produção até então existentes e transformaram a Amazônia, região-problema, em “vazio demográfico”. Assim, foram implantados projetos de “desenvolvimento regional” cuja meta era “ocupação” da região para integrá-la ao restante do Brasil, o que significaria passar da decadência à ascensão (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 71).

Um novo ciclo econômico que proporciona o crescimento urbano da cidade de Manaus se iniciou no final dos anos 60, a Zona Franca de Manaus (ZMF) proporcionou um novo período de desenvolvimento econômico:

A cidade de Manaus estava estagnada desde a segunda década do século e começou a enfrentar novos sobressaltos com as inovações introduzidas após a criação da Zona Franca. As mudanças atingiram não apenas a paisagem da cidade, mas, e principalmente, o modo de vida das pessoas, que estava baseado no extrativismo, na coleta de borracha, castanha, sorva, balata e tantos outros produtos, e que passa a ser influenciado por uma nova forma de produção ditada por um modelo ligado à mundialização da economia que então se esboçava (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 74).

Os padrões de urbanização da cidade de Manaus ligados diretamente à industrialização condicionada pelo Polo Industrial de Manaus e pela Zona Franca de Manaus expressam desigualdades materializadas na cidade, que vão desde a Manaus dos condomínios fechados e ruas organizadas até a Manaus das ocupações irregulares e a reivindicação em habitar a cidade. Sendo assim, os autores ainda ressaltam:

[...] a espacialidade de Manaus, do forte à metrópole regional, apresenta dimensões que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem com o discurso sobre sua representação. Nesse sentido, pode-se concluir que a espacialidade oculta as consequências – o que indica o entendimento da cidade não apenas como área a ser conhecida, mas também como conhecimento do lugar, capaz de revelar formas e conteúdos espaciais que se transformam e/ou permanecem (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 93).

Para se entender a cidade de Manaus é preciso ir para além do observável, suas dimensões são complexas, muito por causa das suas influências urbanas externas a realidade amazônica, é preciso ir para além do discurso. Deve-se levar em consideração toda a trajetória histórica que o espaço sofreu e os diferentes signos e significados que o espaço urbano manauara teve ao longo do tempo.

Braga (2019) tratou em sua dissertação acerca da urbanização da cidade de Manaus de forma breve, mas com profunda propriedade teórica, o que torna seu trabalho essencial para compreender a urbanização da cidade de Manaus, condicionada pela implantação da Zona Franca de Manaus:

A metrópole de Manaus enquanto produto da modernidade no período em que se consolida a expansão e acima de tudo a produção de suas periferias, nos anos 1970 e 1980, principalmente, cresce para dentro de si mesma. Novas condições emergem, como a produção imobiliária voltada para um alto padrão construtivo, a promoção de chácaras e loteamentos sustentados por uma lógica discursiva de uso de elementos naturais, serviços como shopping center, entre outros, e inauguram um novo movimento (territorial e no sentido de sua reprodução). Consequente a isso, uma nova centralidade analítica a partir da prática urbana é recolocada: a metrópole e seu espaço metropolitano são produzidas a partir de movimentos do setor imobiliário e a ideia de periferia e de expansão do tecido urbano da metrópole obrigam novas interpretações (BRAGA, 2019, p. 35).

Entre 1970 e 1980 a expansão urbana da cidade de Manaus ocorre por meio da horizontalização e verticalização, crescendo apenas nos seus limites municipais. Um novo agente ganha destaque: o imobiliário. Para suprir as exigências de produção do espaço, o setor imobiliário se consolida produzindo no espaço urbano formas e conteúdo de alto padrão. Com isso, a cidade vive um novo momento de produção do espaço urbano em que o foco analítico se encontra na ideia de que a metrópole e seu espaço metropolitano se produzem a partir dos movimentos do setor imobiliário, ideia essa que tem como essência analítica o espaço como mercadoria.

Para além do plano político-econômico, ZFM pode ser entendida partindo do âmbito social:

Após a implantação da ZFM, e absorção da mão de obra advinda do interior em busca dos empregos na cidade, a cidade explode em suas periferias, experimenta um processo até então existente apenas na porção sul e sudeste do país. De fato, a industrialização importada a Manaus é apenas uma extensão dos processos ocorridos no centro-sul brasileiro, anos antes (BRAGA, 2019, p. 39).

Aqui, o autor resume de forma clara o principal impacto socioespacial causado pela implantação da ZFM: o crescimento do espaço urbano não planejado. Com isso, entende-se que as desigualdades já expressas anteriormente no espaço urbano da cidade de Manaus se

intensificam, pois toda essa mão de obra que vem em busca de emprego na indústria precisa habitar a cidade. Manaus então se expande para longe do Rio Negro, desmatando a floresta e ocupando os igarapés, pois as qualidades urbanas acrescidas pelo novo período de desenvolvimento econômico regional não são para todos.

A partir de todos os autores aqui explicitados, compreendeu-se a produção do espaço urbano de modo geral para então entender a produção do espaço urbano de Manaus, seus principais agentes produtores do espaço e os principais períodos político-econômico que estabeleceram as bases para a Manaus contemporânea.

2.2 Segregação socioespacial no contexto urbano

A segregação socioespacial ocorre inserida num processo geral de produção e reprodução do espaço urbano, sendo de relevante valor se utilizar de alguns autores contemporâneos para fundamentar esta pesquisa, principalmente devido ao enfoque teórico na segregação socioespacial ligada à moradia.

A segregação com o passar do tempo tornou-se um termo polissêmico, se distanciando do conceito original na primeira metade do século XX na escola de Chicago, os autores a viam como um processo de diferenciação residencial estadunidense. É importante sinalizar o conceito aqui utilizado envolve este processo predominantemente urbano, parte da premissa da reprodução do espaço urbano sob as condições impostas pelo sistema capitalista ao espaço para assim se expandir, indo muito além da premissa que fundamentou conceitualmente este processo. Deste modo,

[...] a segregação é expressão do desdobramento da contradição que produz o espaço urbano (decorrente da dupla determinação de gerar valor e de satisfazer uma necessidade) que é, ao mesmo tempo e dialeticamente, valor de uso (condição necessária à realização da vida) e valor de troca (mercadoria cujo uso está submetido ao mercado imobiliário visando à produção do valor). Com isso quero dizer que se a segregação está posta como fenômeno urbano que acompanha a criação das cidades em vários momentos da sua história, sob o capitalismo ela ganha outra forma: a produção do espaço – mercadoria como momento de realização do processo de acumulação. No plano da produção do espaço urbano, portanto, a segregação aparece como forma lógica da separação dos elementos constitutivos da cidadania ligados ao capital, que hierarquiza e separa como forma positiva de diferenciação (CARLOS, 2018a, p.97).

Isto é, a segregação na atualidade tem como papel a separação de elementos que constituem a cidadania, separando o indivíduo sob a ideia de diferenciação espacial. Além disso, será abordado o movimento de autosegregação, em que as classes financeiramente mais abastadas optam pelo isolamento, indo para condomínios fechados cada vez mais distantes das

áreas centrais da cidade e a segregação socioespacial em sua essência, partindo da problemática habitacional, tão comum no nosso cotidiano urbano. Sobre a questão da moradia, destaca-se:

A produção das metrópoles latino-americanas criadas no processo de urbanização decorrente da industrialização poupadora de mão de obra, assentada em altas taxas de exploração da força de trabalho e com extrema concentração de riqueza, deixou à margem do processo industrial (todavia produto dele) um contingente de mão de obra que se abrigou no setor informal da economia e obrigou imensas parcelas da sociedade a ocupar lugares acessíveis às suas rendas irrisórias. Coube a essa parcela ocupar as periferias, com seus terrenos baratos pela ínfima ou total falta de infraestrutura ou construindo as favelas nas áreas onde a propriedade do solo urbano não vigorava – isto é, terrenos em litígio ou de propriedade pública. Esse processo produziu a explosão da cidade antiga com a extensão do tecido urbano, amontoando pessoas em habitações precárias, submetidas à lógica e ao tempo linear e abstrato da esfera produtiva (CARLOS, 2018a, p. 97-98).

A falta de planejamento urbano voltado para que a cidade seja capaz de se expandir de forma a abranger todos os indivíduos, garantindo-lhes o direito à moradia previsto na Constituição Federal de 1988, foi um dentre tantos fatores a causar a tão expressiva segregação socioespacial nas metrópoles brasileiras. Os planos governamentais, implementados pela “Companhia de Habitação – COHAB” (O JORNAL, 1968 apud DUARTE, 2021, p.1), e posteriormente a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, não foram suficientes para o crescente número de moradores das metrópoles brasileiras no século XX e no século XXI, com o Minha Casa, Minha Vida observa-se a semelhante insuficiência (CARLOS, 2018a).

Ademais, para se aprofundar na discussão sobre o processo de segregação socioespacial, o artigo Segregação socioespacial e centralidade urbana (SPOSITO, 2018) é imprescindível. Para a autora, é preciso tecer esclarecimentos quanto a um processo tão polissêmico, principalmente para não confundir diferenciação e desigualdades com a segregação (SPOSITO, 2018, p. 64). Destarte:

A segregação é um conceito polissêmico e, por isso, corre o perigo de perder força explicativa. Ele merece, então, ser tratado com cuidado teórico e deve ser adotado com vistas a se alcançar precisão, à luz da realidade urbana latino-americana, uma particularidade importante no âmbito do modo capitalista de produção, com esforço para se reconhecerem, ainda, suas especificidades, segundo diferentes formações socioespaciais, tamanho e importância das cidades na composição do sistema urbano brasileiro (SPOSITO, 2018, p. 62).

À vista disso, a autora esclarece que o processo de segregação precisa de um foco teórico para que não caia na generalização, pois a segregação carrega ao longo do tempo diversos significados empregados em seu termo. É preciso delimitar o conteúdo quando se trabalha com qualquer tipo de segregação, buscando compreender o que determina o processo, como ele se

materializa no espaço e os agentes atuantes nesse processo (SPOSITO, 2018, p. 63). Assim sendo:

A segregação, no plano conceitual, tem de ser compreendida em sua complexidade. Isso pode ser dito de todos os conceitos, visto que é preciso tratá-los sempre em suas relações com os outros e com as realidades a que se aplicam e que o colocam em questão ou o negam. No entanto, neste caso, as possibilidades são ainda maiores, quase sendo possível afirmar que há tantas segregações, de fato e em potencial, quantas cidades e situações urbanas com as quais nos deparamos (SPOSITO, 2018, p. 64).

Logo, é preciso ter certeza do que se quer pesquisar quando se trabalha com a segregação, pois o prisma teórico deste processo abarca uma enorme complexidade. Por isso, deixou-se bem claro o foco dessa pesquisa no habitar a cidade a partir do processo de segregação socioespacial. Dessa forma:

A SEGREGAÇÃO É SEMPRE DE NATUREZA ESPACIAL e, por esta razão, ela se distingue da discriminação, da estigmatização, da marginalização, da exclusão, da espoliação ou da pobreza urbana, que podem ter expressão espacial, mas se constituem, estruturalmente, em outros planos: o social, o econômico, o político, o cultural etc. a segregação é, dentre todos os conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial nas cidades, o que tem maior grau de determinação no plano espacial: sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar (SPOSITO, 2018, p. 66).

Assim, a segregação é um processo que precisa do espaço para se estabelecer na sociedade, mas não possui somente no fator espacial suas delimitações e pré-requisitos para a sua evolução. A segregação, como será visto adiante, pode ser resultado dos agentes produtores do espaço e as condições estabelecidas no urbano.

Sposito ainda declara o principal uso teórico para a segregação durante a primeira metade do século XX e grande parte da segunda, em que este processo foi utilizado para a análise da separação ou segmentação socioespacial de grupos sociais que sofriam discriminação política, religiosa, social ou cultural (SPOSITO, 2018, p. 67). Ter consciência do caminho histórico de um conceito é de extrema importância para o seu uso, pois sabe-se que, no Brasil, o processo de segregação teve outro enfoque:

No Brasil, o conceito foi e é instrumento importante para compreender formas de discriminação e/ou segmentação socioespaciais, associadas aos processos intensos de favelização, aprofundados nas duas últimas décadas pelo efetivo ou propagado domínio de grupos do tráfico sobre parcela desses espaços de ocupação ilegal. De modo mais amplo, o conceito também vem sendo adotado para tratar de várias formas de segmentação socioespacial que levaram ao processo de periferização dos mais pobres, nas cidades brasileiras, processo esse comum à realidade urbana latino-americana. No entanto, desde os anos de 1970, mas com maior evidência a partir da década seguinte, como já se observava em outros países do mundo, as cidades brasileiras conheceram a ampliação da produção de espaços residenciais murados ou cercados, servidos ou não por sistemas de segurança e controle, que vamos denominar genericamente, neste texto, espaços residenciais fechados (SPOSITO, 2018, p. 68).

Assim sendo, a segregação no Brasil é parte essencial na compreensão da produção desigual do espaço urbano e da urbanização nas cidades brasileiras, relacionados com a violência urbana. O enfoque tanto da autora como deste trabalho é na questão da moradia urbana, onde está inserido o que ela chama de espaços residenciais fechados, espaços estes que geraram novas formas de segregação socioespacial que complexificam os processos estruturais do espaço urbano (SPOSITO, 2018, p. 68). Ainda sobre os espaços residenciais fechados, é importante afirmar que:

[...] eles representam forma peculiar de segregação, segundo a qual os que têm maior poder (geralmente, mas não exclusivamente, econômico) decidem se separar dos outros. Trata-se, numa primeira aproximação, da inversão da tendência que vigorou durante grande parte do século XX, desde a proposição do conceito de segregação. Antes, a maioria, engendrava ações, práticas e representações sociais, colocando em ação o processo de segregar, procurando isolar os de menor poder, qualquer que fosse a natureza deste poder (SPOSITO, 2018, p. 68).

A partir dessa perspectiva foram trabalhadas uma segregação socioespacial e uma autosegregação, levando em consideração que ambas são fundamentais para a produção do espaço urbano por serem produtoras de desigualdades no sentido econômico e social. A segregação socioespacial não é uma força natural que surge sem as atividades humanas, ela é produto das relações históricas dos atores sociais e é a partir desse viés que ela é trabalhada nesta pesquisa.

Alvarez (2018) em seu trabalho intitulado A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano abarca o processo de segregação como um dos fundamentos da produção do espaço urbano capitalista e o urbanismo seria o grande mediador de toda essa dinâmica (ALVAREZ, 2018, p. 111). A autora em questão sinaliza que:

[...] a urbanização se insere como momento do processo geral de valorização do capital e da universalização da forma mercadoria. A generalização da forma mercadoria no capitalismo ultrapassou os muros das fábricas, atingindo cada vez mais bens não produzidos pelo homem (água, ar) e momentos e lugares de realização da vida (para além do tempo de trabalho), de modo que o uso do/no espaço, sob a égide da propriedade privada dos meios de produção e da terra, supõe a mediação da troca e do valor de troca. Neste sentido, na urbanização capitalista, a apropriação do espaço – que envolve a presença do corpo, os movimentos, o uso, a possibilidade, da sociabilidade, da identidade, da politização, da centralidade lúdica – supõe o momento do conflito (ALVAREZ, 2018, p. 112).

Para se entender a segregação espacial, é preciso compreender que a urbanização é o processo essencial para a evolução da segregação, e que a urbanização está sob a lógica de valorização do capital e da universalização e generalização da forma mercadoria, que atualmente afeta diretamente o espaço e o cotidiano. É exatamente neste momento vivido pelo

capitalismo, em que o espaço se tornou mercadoria, que a segregação socioespacial se estabelece. O urbanismo na concepção da autora:

[...] toma como ciência e técnica do espaço, constitui a mediação necessária para transformar o já produzido em novo momento de reprodução do capital, uma vez que ele comporta um discurso e uma política sobre o espaço, a partir do Estado, abrindo a possibilidade de maior integração entre o capital financeiro e o imobiliário e a produção de “uma nova cidade”, e/ou “um novo centro” ou de uma “cidade de eventos”. O urbanismo se converte, assim, em estratégia para garantir o processo de reprodução, num movimento que vai da expropriação à revalorização imobiliária, sendo, portanto, um dos fundamentos da segregação (ALVAREZ, 2018, p. 115).

É a partir dessa concepção que será entendido o urbanismo neste trabalho, levando-se em conta que o urbanismo é a chave estratégica para a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, no caso, o Estado e os representantes do capital (agentes imobiliários e bancários).

[...] a segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços, e hoje, marcadamente pela quase impossibilidade da presença da cidade, para grande parte dos seus habitantes. Evidentemente, o processo se realiza com ritmos e condições diferenciadas, guardando as particularidades do modo como, historicamente, o processo de urbanização particular (e o papel do Estado neste processo) se situa no contexto de urbanização e desenvolvimento capitalista global (ALVAREZ, 2018, p. 113).

No plano material, na paisagem, é que se pode analisar a expressão mais geral da segregação socioespacial. Contudo, o acesso diverso aos serviços urbanos e o processo histórico de produção do espaço urbano são de grande importância na compreensão da segregação socioespacial. Deve-se analisar a segregação socioespacial não somente no âmbito de produção urbana da cidade, mas também a partir da lógica capitalista global.

Rodrigues (2018) pauta o seu artigo numa segregação socioespacial a partir do estudo das relações espaciais dos Loteamentos Murados – LMS e Condomínios Fechados – CFS na produção do espaço urbano contemporâneo. O que, na sua concepção “Os loteamentos murados – LMS e os condomínios fechados – CFS – devem ser entendidos como uma forma de segregação socioespacial única e como um produto imobiliário específico, calcados na propriedade privada da terra com incorporação da mercadoria segurança” (RODRIGUES, 2018, p. 147). Dessa forma, os LMS e CFS são um resultado das ações dos agentes imobiliários na propriedade privada da terra.

Esses loteamentos murados e condomínios fechados são de suma importância na compreensão ampla da segregação socioespacial, sendo necessário entender as suas características:

Os loteamentos murados e os condomínios fechados apresentam peculiaridades relacionadas à dimensão (tamanho da gleba e dos lotes); à localização (áreas centrais e periféricas); à existência de equipamentos de uso coletivo; ao perfil social dos residentes e/ou usuários (faixas de renda, grupos étnicos, faixa etária, setor de atividade) e à legislação de cada país. Assemelham-se em várias cidades do mundo e têm sua singularidade de ser um produto imobiliário com barreiras físicas que impedem a entrega dos não “credenciados”. Redefinem a forma/conteúdo do espaço urbano nos lugares onde se instalam e criam nova modalidade de segregação socioespacial (RODRIGUES, 2018, p. 148).

Além do mais, a propriedade privada da terra entra como fator importante para as novas formas de morar, a partir de uma propriedade que isola os que estão fora dela (RODRIGUES, 2018, p. 157). Dado as novas dinâmicas urbanas:

Os loteamentos murados e os condomínios fechados representam uma nova forma de segregação socioespacial que tem na propriedade da terra e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental. São difundidos, contraditoriamente, como se criassem um novo valor de uso, um novo modo de habitar. Um novo modo de habitar, pago pelos compradores aos empreendedores imobiliários, com a ilusão de que ele atende à sua necessidade de segurança; a “nova forma de morar” – o isolamento em lugares fechados onde só entram moradores, seus conhecidos, e os trabalhadores que exercem suas atividades intramuros – demonstra o novo tipo de segregação socioespacial (RODRIGUES, 2018, p.160).

Essa nova realidade criada pelos loteamentos murados se reproduz em larga escala na metrópole manauara, em que o acesso às casas limitados por guaritas e muros é a expressão material da segregação socioespacial, que não abre espaço para usufruir do espaço de forma coletiva, dando uma ideia de segurança dado aos altos níveis de violência urbana, que mesmo sendo um processo importante, não será explorado neste trabalho, que tem caráter de uma pesquisa inicial que servirá de base para pesquisas futuras.

Os trabalhadores produzem a cidade e dentro dela os loteamentos murados e as moradias. São contratados, em geral, como trabalhadores precários da indústria de construção civil e similares. Os incorporadores imobiliários lucram com a exploração da força de trabalho. Quando a área da cidade onde trabalham está “pronta” para entrar em circuito da mercadoria, eles devem desaparecer. Como não desaparecem, moram em lugares precários decorrentes dos baixos salários e do preço da terra e das edificações urbanas. São considerados os bandidos, os incultos que devem ficar fora dos muros ou apenas entrar na área murada para continuar a vender sua força de trabalho como domésticos, jardineiros etc. São proibidos de entrar nas áreas muradas para que haja garantia de “segurança” para os proprietários/moradores que vivem intramuros (RODRIGUES, 2018, p. 163).

Muito se falou sobre os agentes que produzem o espaço e contribuem para as lógicas de loteamentos murados e condomínios fechados, em contrapartida, há o agente produtor do espaço urbano que compreende os trabalhadores que produzem essa cidade almejada pelos agentes imobiliários, as classes altas e em muitos momentos até o Estado. As pessoas que não possuem condições financeiras de morar nos loteamentos murados, são limitadas a experienciar este espaço apenas como trabalhadores, alienados das benesses de tal lugar, eles representam

uma “ameaça” a segurança dos proprietários quando não estão no espaço intramuros para vender sua força de trabalho.

Esses loteamentos murados e condomínios fechados serão analisados a partir da localização em que se estabelecem e as condições de infraestrutura urbana disponibilizadas, haja vista a dificuldade em adentrar esses espaços quando não se é um servidor ou morador.

Ribeiro (2018) em seu artigo intitulado Produção contraditória do espaço urbano e resistências trata a questão da segregação socioespacial como um conceito urbano que produz automaticamente o seu oposto, que é a resistência a tal processo espacial. A autora explica que:

Chegamos ao século XXI com as cidades brasileiras estampando a desigualdade que marca a história de nossa urbanização. Por um lado, temos centralidades de riquezas interligadas com as mais dinâmicas economias mundiais e, por outro, morfologias que revelam a plena exploração dos moradores das cidades (RIBEIRO, 2018, p. 173).

A autora aponta que a raiz da urbanização brasileira é a produção da desigualdade, existe coerência se levarmos em conta a desigualdade como o principal efeito do sistema capitalista de produção. Há duas realidades muito frequentes nas cidades brasileiras que passaram pela urbanização: a centralidade de riquezas e a ampla exploração do restante da população que não desfruta dessas riquezas. Para compreender como a urbanização desencadeou isso, é preciso perceber que há um fator relevante nesta discussão:

Não é novo o debate sobre a propriedade privada da terra no Brasil, mas retomamos alguns aspectos para desenvolver a hipótese de que ela é o fundamento do processo de segregação socioespacial, expressão objetiva da desigualdade espacial. Como é próprio do movimento do capitalismo para produzir o trabalhador livre, a sociedade brasileira em seu processo histórico, foi dissolvendo as diversas formas de propriedade existentes até o ponto de a riqueza pertencer a um grupo social restrito. Um dos cerceamentos ocasionados por esse processo é aquele em torno da terra, cuja aquisição apenas se faria a partir da compra e venda, e, desse modo, acompanhava o movimento mundial de expansão do capital. Portanto, a terra, como condição objetiva de reprodução do trabalhador, se insere no circuito da acumulação e, sobretudo, transforma-se em fundamento da reprodução capitalista no país por meio da renda da terra (RIBEIRO, 2018, p. 174).

Levando como base a ideia de que a propriedade privada da terra é uma das maiores causas do processo de segregação socioespacial, entende-se ter havido um longo movimento histórico desencadeador de tal realidade, sendo este movimento próprio da produção capitalista no espaço urbano, a partir do processo de tornar o espaço urbano uma mercadoria, tornando a terra urbana acessível somente por meio da compra.

Outro fator relevante é que dentro da produção do espaço urbano, se faz necessário uma fragmentação do urbano para a expansão do capital, sendo esta fragmentação aparecendo como segregação socioespacial, onde o modo de vida está pautado em uma identidade mais ampla e

abstrata, o que desvaloriza as relações mais próximas (RIBEIRO, 2018, p. 177). Segundo este autor a segregação é efetivada a partir da análise das riquezas que cada família ou moradores possuem e, numa esfera mais ampla, a partir de instrumentos de representação dos signos da sociedade, construindo-se uma identidade abstrata com a negação do outro nesse processo. Ribeiro (2018) aponta:

[...] ao se realizar o processo de segregação socioespacial, a resistência a ela está presente como processo negativo, formando uma unidade contraditória em que as estratégias de cada sujeito se constroem de modo implicadas uma na outra. A resistência dos moradores, que possui como finalidade o uso improdutivo da cidade, se confronta com as estratégias de classe (de capitalistas e do Estado), a qual objetiva transformar o espaço em produtivo, delineando desse modo, *a contradição entre a dominação e apropriação do espaço* (RIBEIRO, 2018, p. 182).

O fator contraditório, que compõe o par dialético com a segregação socioespacial é a resistência a ela. Os moradores que resistem a lógica capitalista de homogeneização do espaço, fragmentando-os, lutando contra a dominação e a ideia de produtividade do espaço.

Ao exercer um domínio sobre o espaço através das determinações da propriedade privada da terra e do emprego das relações autoritárias da formação brasileira, as formas de expropriação produziram cidades imersas na generalização da segregação socioespacial. No entanto, esse fato não representou uma ausência de conflitos e de resistências na contínua reprodução do espaço, mas significou dizer que as resistências que irromperam (e irrompem) estão determinadas por essas relações e, sobretudo, imersas em múltiplas ambiguidades e contradições (RIBEIRO, 2018, p. 183).

Assim, o espaço urbano é produzido de forma única e reproduz signos e instrumentos de outras realidades. A forma como se deu a formação da propriedade privada no Brasil gerou efeitos que produziram cidades inseridas na lógica de generalização da segregação socioespacial e isso muito se deve ao caráter autoritário de dominação do espaço por parte dos mais poderosos agentes produtores do espaço. É sempre importante sinalizar que a sociedade não aceita com passividade todas as ações e estratégias movidas com o intuito de expansão do capitalismo para novas áreas, sempre haverá conflito em razão da desigualdade ser o principal resultado e condição para a existência do sistema capitalista de produção.

3 METODOLOGIA

A metodologia nada mais é que os passos traçados para se alcançar os objetivos traçados, levando-se em consideração as teorias que contribuem para as pesquisas em geografia humana. Neste capítulo pode ser observado o caminho que a pesquisa traçou para chegar aos resultados.

3.1 O Método

Compreendendo a necessidade em analisar de forma histórica os processos espaciais, o método adotado para o desenvolvimento da pesquisa é o crítico-dialético, o qual trabalha com a materialidade do mundo em seu constante movimento, considerando o fato de nenhum fenômeno passar por apenas uma única mudança. Concebendo-se que:

Na dialética proposta por Hegel, as contradições transcendem-se, dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. Empregado em pesquisa qualitativa, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc (PRODANOV, 2013, p. 35).

O método dialético leva em consideração a fluidez dos fenômenos observáveis na realidade, o qual é essencial na análise da produção do espaço urbano engendrado por qualquer sociedade, pois o rigor metodológico da dialética busca de forma crítica analisar todos os fatores que envolvem os fenômenos e movem o mundo. Assim sendo o método dialético se processa da seguinte forma:

Por intermédio da “negação da negação”, busca-se sempre o conhecimento, sem contentamentos ou conclusões precipitadas. O pesquisador deve estar constantemente inquieto, problematizando e, assim, analisando veementemente a realidade. Nessa análise, tem-se um conhecimento que, ao ser negado, gera outro, que, por meio da sua negação, gera outro mais profundo em conteúdo, e assim sucessivamente. O processo de busca pelo conhecimento da essência dos objetos é infinito para o pesquisador que opta pela dialética como caminho teórico-metodológico (SALVADOR, 2012, p. 102).

A análise produzida pelo movimento “negação da negação” chega sempre a uma verdade mais aprofundada em relação à anterior, porém, essa verdade não perdurará, pois, este movimento acontece constantemente, a eterna busca pelo conhecimento da nossa realidade. Além disso, leva em consideração a dimensão histórica pois a realidade passa por grandes transformações por meio da prática humana. Este método, portanto, possibilita compreender

que o homem é um ser histórico, produto de um contexto, mas é capaz de criar e transformar sua realidade social (SPOSITO, 2004).

Um ponto importante é observar que a ciência, nos caminhos metodológicos da dialética, se fundamenta na noção de historicidade, na transformação da realidade, de modo crítico (SALVADOR, 2012).

A pesquisa de acordo com os objetivos propostos, é explicativa, pois, Gil (2002, p.42) explana que “Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Sendo assim, a pesquisa parte da premissa de compreender como se dá a materialização do processo de segregação socioespacial na cidade de Manaus, pensando como a reprodução do espaço urbano serviu para impedir ou intensificar este processo. Somando-se a isso, a pesquisa foi desenvolvida com o enfoque qualitativo.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos da pesquisa são pautados em levantamento bibliográfico e documental. Serão utilizados os dados primários no que se refere a mapas e dados secundários provenientes de livros, teses, artigos e revistas científicas.

O levantamento bibliográfico, a partir da busca em revistas, livros, periódicos, teses, dissertações, monografias e portais de divulgação acadêmica todas as obras que mais se aproximem ou que assemelham ao conceito que é desenvolvido na pesquisa (GIL, 2002), a fim de compreender conceitualmente o processo de segregação socioespacial dentro do contexto de produção do espaço urbano. Assim sendo, o levantamento bibliográfico e o fichamento possibilitam a compreensão dos conceitos básicos que englobam o processo de segregação socioespacial, levando em consideração a leitura, fichamento e síntese dos livros e artigos.

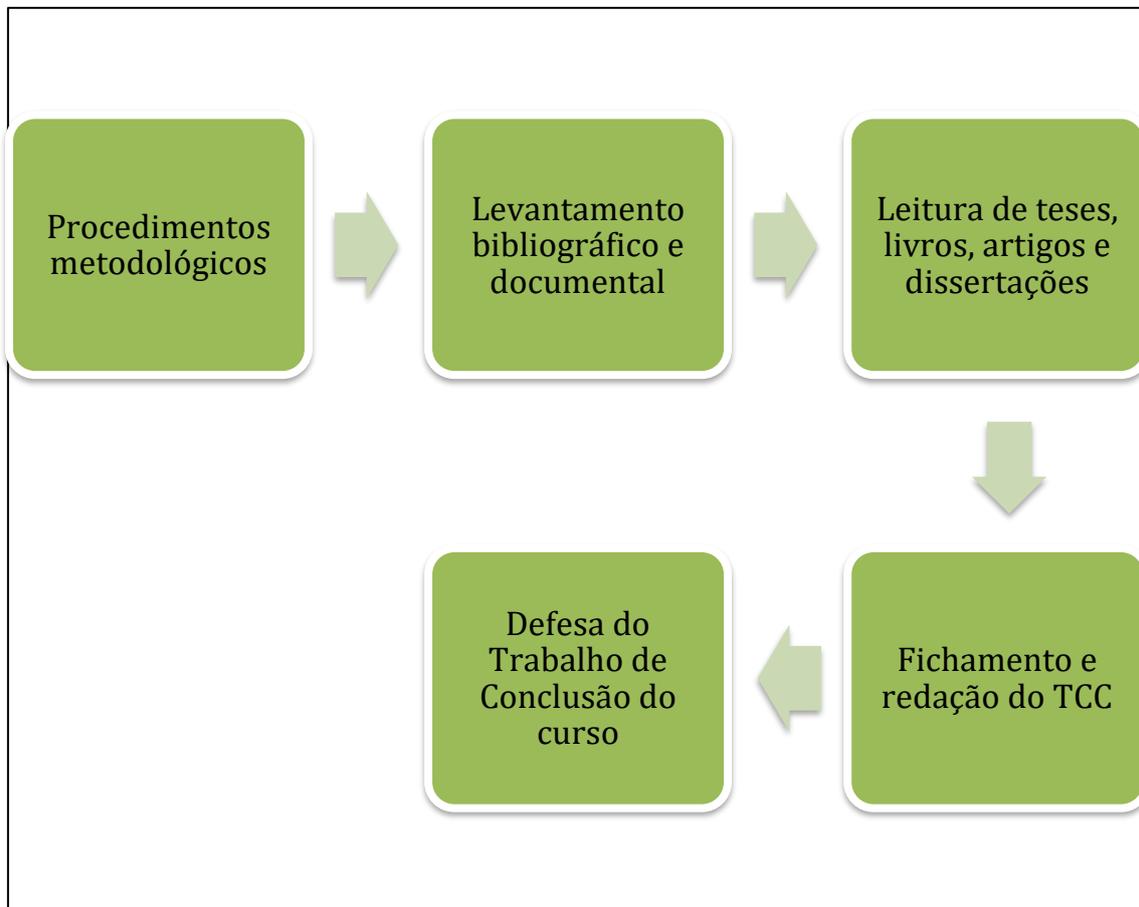
O levantamento documental está voltado para a procura de documentos ou leis em sites oficiais, pois, segundo Gil (2002, p.45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Dessa forma, os dados que ainda não passaram por uma análise são

também de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois carregam um conhecimento do lugar que o levantamento bibliográfico não é capaz de suprir.

Além disso, por meio do acesso à internet e aos portais de instituições públicas, será realizado o levantamento documental de leis municipais e estaduais sobre a regulamentação do uso do espaço urbano e de planejamento urbano, que podem enriquecer a análise sobre o processo de segregação socioespacial.

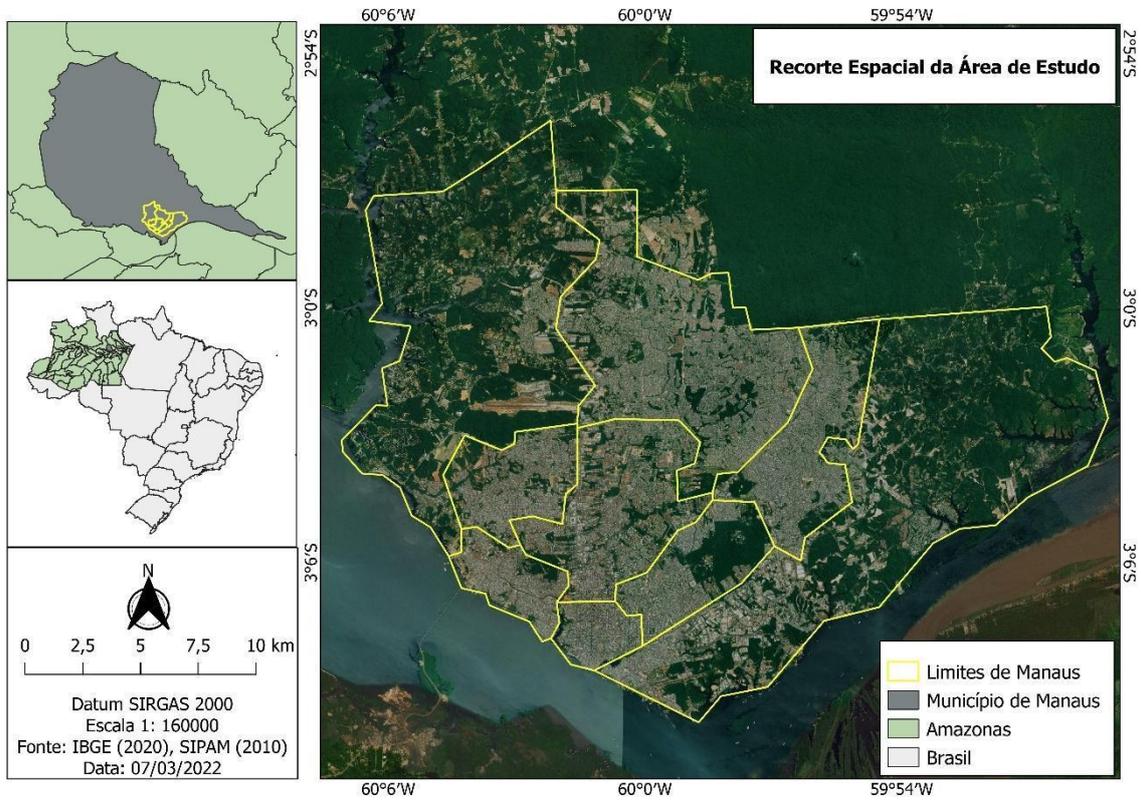
A seguir no fluxograma (Figura1) constam os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Figura 1 – Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos



Elaborado por: BARROS, H. (2022)

É a partir deste viés metodológico que a pesquisa caminhou para analisar e entender a produção contraditória do espaço urbano no recorte espacial de análise que está inserido na zona urbana da cidade de Manaus (Figura 2).

Figura 2 - Cidade de Manaus

Fonte: IBGE (2020); SIPAM (2022). Organizado por: CORREA, Ana Carolina Gomes (2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A urbanização de Manaus: antecedentes e consequências

Manaus nasceu de um simples forte na confluência entre os rios Negro e Solimões para ganhar notoriedade mundial por seus efêmeros ciclos econômicos. Para considerar o atual momento urbano que vive a cidade, é preciso retornar a tempos remotos entre o final do século XIX numa embrionária urbanização, em grande parte do século XX para analisar os efeitos de uma urbanização condicionada pela industrialização a partir do Polo Industrial de Manaus inserido na tão importante Zona Franca de Manaus.

Aqui será apontado os principais períodos que serviram de base para o boom urbano que Manaus sofreu a partir da década de 70 e que seus efeitos são sentidos no espaço urbano da cidade até os tempos atuais. Do auge da borracha à precariedade, a Manaus abandonada entre 1920 e 1967 até a implantação da Zona Franca de Manaus e seus principais efeitos para a capital amazonense.

4.1.1 Apogeu da borracha: Manaus, a “Paris dos trópicos”

A região que veio a ser Manaus se estabelece de forma tímida no período de colonização portuguesa na região amazônica no século XVII, que parte da ideia de criação de fortes militares e missões religiosas para ocupar e dominar o território que futuramente virou povoados e, depois, elevadas à condição de vilas e cidades (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 59). A produção espacial ao redor do Forte São José do Rio Negro estabelece um padrão que futuramente será muito utilizado por quem resiste e se apropria do espaço urbano:

[...] as primeiras casas foram construídas às margens dos cursos d’água, acompanhando as curvas do terreno, não surgindo ruas em um plano geométrico, não havendo qualquer tendencia organizativa. Tratava-se, pois, mais de uma obra de improvisação (OLIVEIRA; SCHOR 2009, p. 61).

Partindo para mais além, no final do século XIX, Manaus passa por uma expansão urbana significativa e transformação na produção do seu espaço urbano, que passa a seguir a lógica de favorecimento da exportação da borracha. Souza (2017) afirma os principais fatores que contribuíram para um panorama positivo para a ascensão da economia voltada para a extração de látex e produção da borracha:

Esse cenário se torna favorável a partir de dois componentes principais: (i) aumento dos preços da borracha no mercado internacional a partir de 1870; e (ii) uma seca gigantesca no Nordeste entre 1877-1880, quando todo o rebanho é perdido e pelo menos 100 mil pessoas morrem. O alistamento de flagelados pela seca nas cidades litorâneas do Nordeste e transporte para as profundidades da Amazônia foi

patrocinado por governos e fazendeiros interessados em aproveitar as condições do momento (SOUZA, 2017, p. 07).

A valorização da borracha e a chegada de mão-de-obra para trabalhar nos seringais foram de suma importância para o estabelecimento desse modo econômico e o seu significativo crescimento. A partir disso, nota-se que é no período do I Ciclo da Borracha que Manaus experencia uma pequena urbanização que lhe atribui instrumentos urbanos voltados para serviços e infraestrutura que favoreça diretamente a comercialização e a exportação da borracha, com a cidade sendo moldada sob forte influência externa, incorporando elementos exógenos para a dinâmica urbana, é neste período que nasce a base de produção do espaço urbano manauara. Nasce, então:

A Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista é fruto da racionalidade que se impõe a partir da abertura de ruas, da construção de pontes e do aterro de igarapés, resulta de um urbanismo cujo objetivo era a busca, por meio da técnica, de solução para os vários problemas de uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais. Esse urbanismo racional, mas não necessariamente funcional, sempre se apresentou vazio de referências quando articulado ao mundo, pois não finca raízes no lugar, visto ser carente de memória. Essa Manaus, mais que uma cidade real, fazia parte do imaginário da elite ligada ao extrativismo (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 66).

Ainda mais, Andes (2016) trata este momento a partir do seguinte olhar:

A pequena “cidade indígena” cedia espaço também para a “*Paris dos Trópicos*”, com seu belo Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a Biblioteca Pública, a Alfândega, a Penitenciária do Estado o Porto Flutuante. Buscou-se aterrar e esconder as heranças dos povos indígenas que existiam em Manaus. [...] todas estas transformações foram realizadas com o intuito de atrair investidores estrangeiros para a cidade, e para servir aos anseios da elite local e estrangeira já estabelecida na cidade, que desejavam uma cidade moderna para seus deleites (ANDES, 2016, p. 233).

A fantasia em criar uma cidade aos moldes europeus no meio da floresta amazônica trouxe efeitos negativos para aqueles que não tinham condições de viver este urbano que estava sendo produzido e reproduzido, pois estavam muito ocupados em garantir uma moradia e emprego para seu sustento. O aterro dos igarapés é um fator importante, pois é o início de ações voltadas para apagar, aos poucos, a identidade do que era Manaus antes do auge econômico da borracha. Alguns fatores contribuíram para que essa expansão horizontal do tecido urbano da cidade de Manaus não fosse tão expressiva:

A maneira como se desenvolveu espacialmente a atividade de extração do látex, dispersa e isolada nos altos vales dos rios, contribuiu para a existência de um vínculo quase que exclusivo do seringueiro com o barracão, e restringiu as possibilidades da utilização do dinheiro. Em decorrência, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a preservação da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão, do seringalista à casa aviadora e do aviador às casas exportadoras (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Dessa forma, as relações de trabalho inseridas na economia gomífera contribuía para a concentração do lucro nas mãos das elites minoritárias, que são um dos principais agentes produtores do espaço urbano na cidade manauara no início do século XX, favorecendo a concentração de infraestrutura urbana de qualidade nas áreas em que essa classe ocupava, em detrimento das áreas periféricas. Assim sendo:

No período da borracha, embora tenha sido construída uma importante infraestrutura urbana de transporte, de energia e de saneamento, ou seja, embora tenham sido aplicadas as mais avançadas técnicas urbanísticas da época, “vendidas” como sinais de progresso e de crescimento, a maioria da população não teve acesso a elas e nem mesmo teve suas necessidades básicas atendidas. Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguem estabelecer as condições de produção e de reprodução da cidade, para o atendimento dos interesses hegemônicos (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p.67).

O impacto dessa concentração do que o urbano no auge do I Ciclo da Borracha pode proporcionar foi sentido, segundo Souza (2017, p. 09) com “O crescimento do negócio da borracha e o aumento da importância e sofisticação de Manaus causaram um aumento no preço dos aluguéis a partir de 1899, o que expulsava da região central da cidade as populações mais pobres.” a limitação na questão da moradia é a base da produção do espaço urbano de grande parte da população manauara ao longo do tempo, como veremos ao longo deste trabalho. A ocupação da cidade de Manaus, no final do século XIX e início do século XX é marcada por moradias que iam se organizando para além dos igarapés próximos ao centro, indo para as colinas e só foi possível em razão do aterro de cursos e nascentes, bem como da construção de pontes que cruzam os igarapés (SOUZA, 2017, p. 09). Sendo assim:

Os melhoramentos da infraestrutura urbana quase sempre excluem as periferias, produzindo a alienação da maioria dos moradores em relação à cidade que está sendo produzida. Essa é talvez a razão pela qual a elite extrativista, até os anos 20, concebe e imagina Manaus como a “Paris dos Trópicos” – o que, de resto, expressa um desejo não restrito a Manaus, mas faz parte do imaginário das elites de outras cidades brasileiras, que aqui como alhures não encontra nenhuma correspondência com a realidade. A cidade das obras suntuosas ostenta a riqueza e a cultura de uma elite tão postiça quanto ela (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 68).

É importante salientar que os pobres não tinham voz, a cidade que se formou idealizada como a “Paris dos trópicos” não tinha lugar para eles (OLIVEIRA, 2003). A cidade estava sob a lógica do mercado, o que Oliveira (2003, p. 135) explica que “o seu espaço não é apenas a mediação, mas é principalmente a descontinuidade do cotidiano programado em que predominava o tempo da produção do lucro. A cidade do período da borracha era um simulacro”. Ainda sobre a infraestrutura urbana e as transformações que a cidade de Manaus passou neste período, Andes aborda:

Todavia, é importante salientar que todas estas transformações visavam atender unicamente aos interesses das classes dominantes da cidade, enquanto a população carente, ou morava em cortiços, em Manaus chamados de estâncias, pagando aluguéis muito caros, ou era expurgada para as áreas periféricas da cidade, onde não recebiam às melhorias da vida moderna. Mesmo assim esses serviços públicos que a modernidade prometia na cidade nem sempre atendiam toda a elite e eram em muitos momentos precários. (ANDES, 2015, p. 234).

Manaus, em essência e a partir da perspectiva da classe dominante, é “a cidade dos poderosos, no auge ou na crise, é sempre a cidade harmônica. É a “cidade do fausto”, do poder, da harmonia. É a cidade sem problemas – pretendida, desejada e imaginada e, em alguns casos, vivida pela elite extrativista” (OLIVEIRA, 2003, p. 133). Contudo:

Ao iniciar a década de vinte, a cidade harmoniosa estava em crise, embora mantivesse a ostentação dos magníficos casarões resultantes do fastígio da economia da borracha, superpondo-se à pobreza da maioria sempre crescente. Com a crise, veio à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos e surgiram os trabalhadores dos grotões, dos outros lados dos igarapés e do outro lado do rio, emergindo os bairros de Educandos, do Curre, do Plano Inclinado, da Matinha, do São Raimundo, do Morro da Liberdade, onde os moradores buscavam integrar como sujeitos da produção do espaço urbano. Para eles a crise da cidade tinha outra dimensão e não se enquadrava nem nas determinações da elite extrativista nem nas do Estado (OLIVEIRA, 2003 p. 135).

Após a borracha amazônica perder valor no mercado externo, principalmente com a facilidade no cultivo da seringueira nas colônias britânicas na Ásia e o seu preço baixo, Manaus entra em crise ao perder sua principal fonte de renda econômica, expondo a realidade que a elite e o Estado buscavam esconder: a dos trabalhadores humildes, que reivindicavam seu lugar como sujeitos produtores do espaço urbano (OLIVEIRA, 2003).

Os moradores resistem e produzem contradições no espaço urbano ao entrar em conflito com a lógica hegemônica de produção do espaço e reprodução do mercado capitalista. A espacialização dessa resistência está relacionada a ações concretas dos vários sujeitos sociais que vão contra a corrente homogeneizante que lhes é imposta (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 69).

Muitos fatores ligados a este momento histórico de produção do espaço urbano da cidade de Manaus podem ser explanados, contudo, é de muito valor evidenciar o fator econômico que causa impacto direto na questão socioespacial:

De qualquer modo, a crise da borracha atinge as finanças públicas e a circulação de mercadorias ligada à rede de exploração do látex, a qual se atrela fortemente à estrutura de poder baseada em uma sociedade extrativista. Não se buscam alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais, que tentam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 70).

Essa insistência em manter um modelo econômico que está em queda colabora diretamente ao período de crise que compreende os anos entre 1920 e 1967. Tanto as ações da elite dominante como as dos entes políticos são caracterizadas pela espera, a espera de um milagre econômico externo à região (OLIVEIRA, 2003).

4.1.2 Manaus e a espera do porvir

A Manaus do período entre as décadas de 1920 e 1967 é uma cidade em crise. Com a decadência do I Ciclo da Borracha, uma nova realidade assola a produção do espaço urbano da cidade que era considerada pelos poderosos como a “Paris dos Trópicos”. Oliveira discorre que:

Chega-se à década de vinte com a cidade de Manaus vencida, já que passara quase meio século com toda a economia voltada para a borracha, sem que fossem criadas alternativas para a produção de uma cidade perene. Além disso, o que é mais espantoso, persistia a crença na revalorização da borracha nativa, permanecendo as mesmas formas que caracterizavam a produção no período áureo e todas as relações de produção mantidas na perspectiva da sociedade extrativista que se apega aos processos anteriores sem capacidade de mobilização e de busca de novas alternativas. (OLIVEIRA, 2003, p. 46).

Manaus só conhecia o crescimento econômico a partir da exportação da borracha, sequer foi pensado em outros modos econômicos de crescimento que fossem coerentes com a realidade da região. A insistência em manter todo um modo e relações de produção economicamente desvalorizados se atrela ao fato de que a elite local era incapaz de criar condições para modificar o principal modo de produção que era o extrativista para o modo industrial, apesar de todo o recurso disponível decorrente das duas décadas anteriores, para pelo suprir a demanda básica de produtos que precisavam ser importados para a região (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

Em razão da desvalorização e da diminuição da produção da borracha, Manaus passa a receber uma massa populacional que abandona os seringais e que, sem condições de retornar ao seu lugar de nascença, continuam em Manaus (OLIVEIRA, 2003, p. 46). Andes (2015) comenta que neste período:

Nessa chamada fase de estagnação econômica da cidade de Manaus, período que antecede a instalação da Zona Franca e do Distrito Industrial, o discurso sobre a cidade começa a ganhar novas formas. Agora, Manaus passa a ser vista com outro olhar. Sai o discurso da cidade moderna dos tempos áureos da economia gomífera e entra em cena a visão dos deserdados da borracha, que de uma forma ou de outra irá construir e reforçar toda uma representação da chamada Belle Époque Amazônica. Visão essa muito reforçada pela historiografia tradicional e pela literatura desse período (ANDES, 2015, p. 238).

Há uma romantização por parte da elite local para com o período da borracha, elevando este momento como o máximo de modernidade e opulência para toda a cidade de Manaus, o

que não deixa de ser verdade. Porém, como já foi apontado no subcapítulo anterior, essa Manaus que ascendeu economicamente e ganhou notoriedade internacional não era desfrutada por toda a população.

A Manaus dos cafés e restaurantes aos moldes europeus e toda a reprodução de um modo de vida exógeno a região fazia parte do cotidiano de poucos, era consumida por poucos e era feita para poucos, para os barões da borracha e os comerciantes que lucravam com toda a dinâmica de produção econômica da borracha. A apreciação do passado reforça a insistência em manter a economia gomífera como o carro chefe econômico local e contribuiu para o estado de espera que marca as medidas políticas e da elite local nesse período entre 1920 e 1967 (OLIVEIRA, 2003). Sobre isso, Oliveira (2003) discorre:

A crise da borracha explicita uma rede de circulação envolvendo as relações de poder que não estavam restritas à produção da borracha. Todavia, ligavam-se fortemente à estrutura de poder baseada numa sociedade extrativista. Não se buscaram alternativas, por exemplo, na atividade industrial, mas na permanência das casas aviadoras locais que tentavam continuar ligadas aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Andes (2015) sobre a principal problemática no espaço urbano manauara:

Assim como na chamada Belle Époque Manauara, a questão da moradia configurou-se como um dos problemas enfrentados pelas camadas mais pobres da população, e também pelas autoridades locais. Podemos perceber nas fontes pesquisadas para o momento que estudamos que as camadas populares tiveram que criar seus próprios meios de resistência à tentativa das autoridades de ordenarem seu espaço de convívio cotidiano (ANDES, 2015, p. 242).

A resistência é o resultado de um espaço urbano produzido de forma desigual. Resistir a essa segregação urbana e se apropriar de um espaço para morar resulta nos mais frequentes conflitos que estão inseridos na dinâmica urbana das cidades. Partindo de um olhar mais voltado para as questões espaciais, Oliveira (2003) pondera:

A espacialidade da cidade de Manaus com a crise da borracha, mais do que no período anterior, se produz a partir da margem. Aparece a cidade dos pobres e os charcos dos terrenos baldios que serviram de aterros para os igarapés. A elite se vai e a que fica passa a ocupar os casarões degradados; é a divina decadência (OLIVEIRA, 2003, p. 48).

Os problemas socioespaciais que foram "escondidos" vêm à tona, a cidade decadente por ter subjugado grande parte da população para a margem do urbano sofre com a ausência de medidas políticas que pautassem a questão da moradia urbana para a classe trabalhadora. Nesse sentido, Andes (2015):

Embora neste momento o crescimento econômico da cidade não fosse significativo, os problemas habitacionais, [...] foram aumentando com a ocupação de áreas de igarapés, aumento das estâncias e de moradias precárias na parte central da cidade.

Eram comuns nos jornais desse período referências a essa situação (ANDES, 2015, p. 243).

A ocupação de áreas de igarapés, o aumento das estâncias e de moradias precárias nada mais são que as medidas tomadas pela população local para que houvesse a possibilidade de habitar a cidade, visto que eram as alternativas disponíveis para as classes financeiramente mais pobres. Ausência de medidas de planejamento urbano por parte do principal produtor do espaço urbano, o Estado, não se limita à moradia:

A precariedade da infraestrutura urbana da cidade se estendia a todos os serviços públicos falta de rede de esgoto, precariedade na pavimentação das ruas, no calçamento das calçadas, na limpeza pública entre outros (ANDES, 2015, p. 245).

Há pontos dessa história do período de estagnação econômica que devem ser levados em consideração. Dentre eles, o II Ciclo da Borracha:

A segunda Guerra Mundial e o bloqueio dos seringais asiáticos determinaram um novo impulso à Amazônia. A operação que atendia ao esforço de guerra dos Estados Unidos provocou certa euforia com a possibilidade de retomar ao *boom* da borracha. Entretanto, este período denominado de “Batalha da Borracha” foi efêmero e passageiro e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica e o tão esperado progresso novamente não chegou (OLIVEIRA, 2003, p. 53).

Esperava-se o mesmo efeito modernizante causado pelo I Ciclo da Borracha, todavia, este novo ciclo econômico da borracha foi tímido e durou o tempo em que os seringais asiáticos estavam bloqueados. Nas medidas para o desenvolvimento econômico tanto para Manaus como numa escala regional, na Amazônia, o que fica é a ideia de que a região Amazônica está fadada a pequenos momentos prósperos seguidos de longos momentos de crise, sempre sentenciados a esperar a solução que vem de fora da região (OLIVEIRA, 2003).

Neste ponto é importante frisar que as ações políticas possuem papel determinante nas transformações socioespaciais da cidade de Manaus. Com isso em mente, pode-se analisar que:

Em Manaus, aparece de forma explícita o fio condutor da produção do espaço, qual seja, o processo de introdução de novas relações sociais na Amazônia ocorreu a partir da atuação do Estado separando, controlando e dirigindo esse espaço. Entretanto, em Manaus, como de resto na Amazônia, nunca se construiu um Estado baseado nos princípios universais, ou seja, num sistema de leis válido para todos. Como isso não ocorreu, ficou estabelecida a violência. Isso se justifica pelo o imaginário de criação e recriação da Amazônia como possuidora de uma natureza que impõe sua força sobre a cultura, o que significa, para o urbanismo que se implanta nas últimas décadas do século 19, no Governo de Eduardo Ribeiro, cimentar-se do viés ideológico de que tudo está por fazer. A famosa frase atribuída ao Governador, “encontrei uma aldeia e dela fiz uma cidade moderna”, é a concepção mais acabada da cidade como um lugar vazio, um lugar mental capaz de receber um urbanismo igual, cujo esquadramento linear da parte central da cidade, que compreende o quadrilátero da av. Sete de setembro ao sul, Boulevard Amazonas ao norte, bairro da Cachoeirinha a leste e a rua João Coelho a Oeste, é a concretização dessa visão (OLIVEIRA, 2003, p. 73).

A cidade de Manaus é vista como a cidade das possibilidades de recriação de acordo com os termos da elite dominante de cada época. O Estado possui papel vital nesse tipo de produção de espaço urbano que condiciona a desigualdade. Ainda sobre o papel do Estado no espaço urbano manauara:

A adoção de um urbanismo que foi esquadrihado a cidade surgiu como maneira de intervenção no espaço, fragmentando-o, ocupando-o aos pedaços para fazer frente às necessidades impostas pelas demandas para a inserção de Manaus e da Amazônia na escala mundo. O papel do Estado na produção do espaço urbano não ocorreu apenas enquanto mediador, mas capturador e instrumento de reprodução social diferenciada, por meio da construção de pontes, rede de esgoto, energia elétrica, trilhos de bondes, porto e edifícios públicos suntuosos. (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

O Estado proporcionou condições físicas para a expansão urbana e para a implantação de qualquer tipo de tentativa de desenvolvimento econômico regional. É evidente que todos esses aparatos de infraestrutura urbana não compreenderam toda a área ocupada da cidade (OLIVEIRA, 2003). Em meio à crise econômica e o problema da moradia urbana em Manaus um processo diferenciado de produção do espaço urbano emerge:

[...] surge a cidade flutuante localizada na frente da cidade, estendendo-se para a foz do igarapé do Educandos. Segundo Salazar, a origem da cidade flutuante está na crise de emprego e na falta de habitação na cidade de Manaus que, por seu turno, resultam do êxodo rural decorrente da estagnação do interior do Estado do Amazonas (SALAZAR, 1985 apud OLIVEIRA, 2003 p. 79).

A cidade flutuante (Figura 3) nasce da inacessibilidade à moradia nas zonas com infraestrutura urbana em razão dos preços da terra urbana. Apesar de ela ser vista como a representação do período da decadência da economia da borracha, ela é o seio de grande parte das atividades comerciais desse período (ANDES, 2015, p. 11). Souza (2016) trata a essência da cidade flutuante da seguinte forma:

A “cidade flutuante” representou um modelo de ocupação dos espaços fluviais que se avolumou em Manaus a partir do final da década de cinquenta quando vários dos sentidos culturais próprios de uma cidade vão começar a ser experienciados sobre as águas urbanas da cidade, nomeadamente na orla-sul do Rio Negro, Centro, “frente da cidade” e nos igarapés que, do rio, sobem Manaus adentro (SOUZA, 2016, p. 118).

A sociedade afastada da apropriação do espaço urbano rico em infraestrutura não somente resistiu como criou uma forma, uma forma amazônica, de ocupação do espaço urbano visto as adversidades encontradas na cidade.

Figura 3 - Cidade Flutuante no Rio Negro na Orla de Manaus.



Fonte: Arquivo Particular do Professor Dr. Otoni M. de Mesquita.

Mesmo assim, é preciso observar que:

[...] o surgimento da cidade flutuante resulta das precárias condições de vida e da falta de moradia na cidade de Manaus, não se constituindo uma questão cultural, ou seja, da relação do homem da Amazônia com a água. A cidade flutuante representou uma alternativa mais barata de moradia àqueles que não tinham condições de habitar em terra (SALAZAR, 1985 apud OLIVEIRA, 2003 p. 79).

Logo, não foi devido ao apego a relações mais diretas com o rio que impulsionou a expansão da cidade flutuante na orla da cidade, mas sim em razão de ser mais barato construir seu flutuante para habitar a cidade. Sobre a concentração de flutuantes, é válido dizer:

Se até meados dos anos cinquenta eram diminutos e dispersos, posteriormente foram assumindo grandes dimensões territoriais e demográficas, cujos significados começaram a codificar a construção do próprio termo “cidade flutuante”: um complexo urbano, segundo os estudiosos, uma problemática social para as autoridades, um lugar para se viver, segundo seus moradores (SOUZA, 2016, p. 125).

A cidade flutuante foi determinante para o crescimento urbano da cidade de Manaus entre a década de 50 e a década de 60, em que este modo de moradia avançava pelas fronteiras líquidas da cidade, o rio Negro e os igarapés que representavam um limite a expansão urbana foram brevemente vencidos nesse período, possuindo uma ocupação e se adaptando as demandas urbanas da realidade manauara naquele período (SOUZA, 2016). Ademais, a grande enchente de 1953 contribuiu para o êxodo rural que resultou na ocupação de novas áreas que futuramente viriam a ser os bairros da Glória e São Raimundo (SOUZA, 2016, p. 120).

A cidade flutuante representava um empecilho para as autoridades, logo, como bem analisa Souza:

A “cidade flutuante”, no entanto, não foi reconhecida como uma peculiaridade da região. Ainda que se adequasse às características ecológicas do lugar, ela era vista como expoente máximo de desorganização urbana e promiscuidade social e sanitária (SOUZA, 2016, p. 143).

Dessa forma, antes da implantação da Zona Franca de Manaus, o Estado tomou medidas para solucionar o “problema”:

Todas as casas da cidade flutuante foram retiradas e aqueles moradores com maior poder aquisitivo foram transferidos para os Conjuntos Residenciais de Flores e da Raiz que foram construídos com recursos do BNH – Banco Nacional da Habitação – para receber os moradores. Todavia a maioria recebeu apenas uma pequena ajuda, autorização para desmanchar a casa flutuante e um meio de transporte para transferir o material para construir um barraco em outro local da cidade (SOUZA, 2016, p. 81).

Dito isso, nota-se que o Estado intervém nas questões de moradia que não se adequam ao que é aceitável segundo os padrões da época. Existia um outro fator determinante para a extinção desse notório bairro:

Mais do que construções, plantas e projetos, a arquitetura do “Novo Amazonas” representava uma assinatura de poder na qual a “cidade flutuante” não deveria ter nenhuma linha. Ordem instalada na cidade pelo governo de Arthur Cezar Ferreira Reis que, por intermédio de um regime de exceção e compartilhando as perspectivas de modernidade em voga, passou a ditar o rumo e o ritmo de expansão de Manaus, interferindo em modos de vida próprios do lugar, condenando tudo que se mostrasse contrário ao pensamento do “Novo”, moderno e civilizado. A “cidade flutuante”, nesse sentido, foi a expressão máxima dessa censura. (SOUZA, 2016, p. 144).

A cidade flutuante não era vista como um sinônimo de “modernidade”, pois, “Entre a ‘Manaus da borracha’ e a cidade Zona Franca, no tempo em que se destacou a ‘cidade flutuante’, nada deveria permanecer.” (SOUZA, 2016, p. 143). Ou seja, para a efetivação da implantação da Zona Franca de Manaus, a cidade flutuante, que estava localizada na orla da cidade, precisava deixar de existir. Ainda sobre a destruição desse bairro que teve importância na dinâmica urbana de Manaus por relativamente uma década:

O dismantelamento da cidade flutuante se deu sob a promessa de construção de conjuntos habitacionais, nunca cumprida. Os moradores se espalharam pelos novos loteamentos irregulares construídos na região norte e pelas palafitas nas margens dos igarapés centrais, que desde o início do século XX já existiam de forma dispersa (SOUZA, 2017, p. 12).

O Estado se limitou a apenas remover essa população da orla da cidade, deixando sob a responsabilidade dos antigos moradores da cidade flutuante a apropriação de novos espaços para a moradia, a partir da ocupação irregular de áreas alagáveis como nas margens dos igarapés ou em áreas ao norte da zona urbana da cidade naquele período.

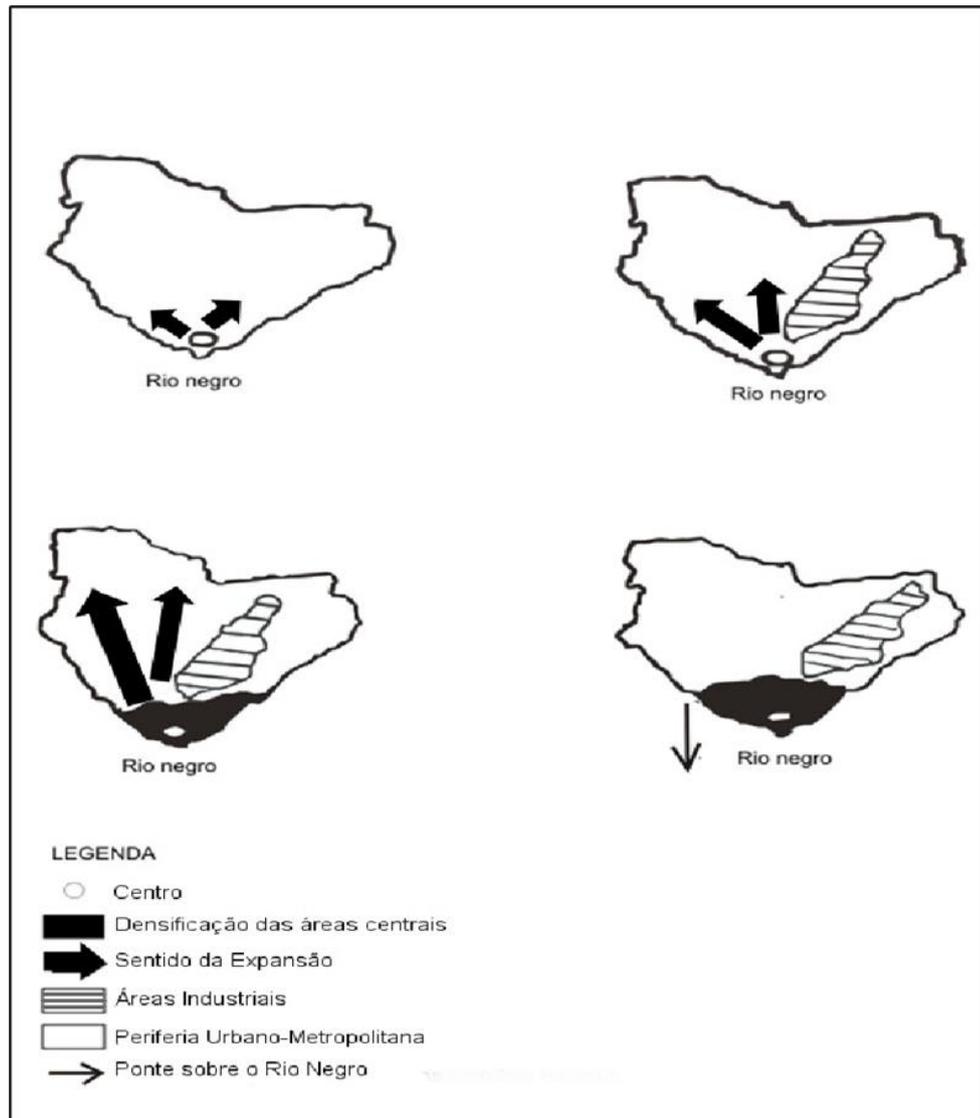
Outrossim, nos anos quarenta e cinquenta, a expansão da cidade de Manaus não foi expressiva, houve uma pequena alteração espacial em razão da instalação do aeroporto de Ponta Pelada e da refinaria de Manaus, o que direcionou a ocupação para o bairro do Educandos e as regiões próximas a ele (OLIVEIRA, 2003, p. 93). Ainda sobre isso:

O espaço da cidade de Manaus foi sendo moldado a partir de um sistema de objetos artificiais e por um sistema de ações igualmente artificiais, como pontes e aterro de igarapés, quase sempre estranhos ao lugar e a seus habitantes. Neste sentido, são as pontes, as estradas e nos anos setenta os conjuntos habitacionais, e não os igarapés, que se constituíram como vetores de expansão urbana (OLIVEIRA, 2003, p. 96).

Os igarapés limitavam a expansão horizontal da cidade de Manaus, sendo que havia uma concentração de pessoas da classe trabalhadora que ocupava as margens de vários igarapés ao longo do perímetro urbano da cidade. Aos poucos, as pontes e os aterros de igarapés proporcionaram a expansão singela da área urbana de Manaus, que, após a implantação da Zona Franca de Manaus, tem como o principal vetor de expansão os conjuntos habitacionais.

A malha urbana de Manaus, ao longo do tempo, e, em razão das pontes inicialmente, expandiu para as zonas oeste e leste, para em outro momento, após a criação e implantação do Polo Industrial de Manaus em 1967, a expansão compreende então a zona norte (Figura 4).

Figura 4 - Produção do Espaço Urbano em Manaus



Fonte: Veloso (2015). Organizado e elaborado por: Tiago Veloso dos Santos.

A cidade de Manaus no período de estagnação econômica predominava as atividades extrativistas com pouco retorno econômico ou que fosse possível inserir atividades urbanas, sendo que até os anos quarenta, quando foram inauguradas uma mínima quantidade de fábricas voltadas a produtos extrativistas e na década de cinquenta com as fábricas de juta, Manaus era uma cidade fundamentalmente comercial e administrativa (OLIVEIRA, 2003, p. 117).

A prestação de serviços para a população eram oferecidos por empresas privadas com a participação exploratória de companhias estrangeiras em que os serviços não eram de boa qualidade, principalmente com a crise na borracha. Nas décadas entre ciclos econômicos de grande expressão, a cidade de Manaus passou por crises ligadas ao transporte público que era obsoleto (bondes, até os anos cinquenta), abastecimento de água e de luz – que não abrangiam

toda a população – sendo que, o problema de energia na cidade só foi levemente solucionado com a liberação de recursos da SPVEA (OLIVEIRA, 2003). A marca registrada das ações socioespaciais da cidade de Manaus neste período, desde a década de vinte era de que:

A cidade dos anos vinte mostrava-se preocupada com a crise que atingia especialmente as finanças públicas. Não se observam preocupações com políticas públicas que dêem conta da expansão ou da estagnação da cidade. Aceita-se simplesmente o curso dos acontecimentos como contingencial e inevitável, o que parece torná-lo inquestionável, o que garantiria a dimensão política à espacialização da cidade. Não se pode dizer também que se deu tratamento técnico. Percebe-se que as políticas públicas eram de curtíssimo prazo e davam conta da resolução dos problemas da cidade e/ou pessoais, não aplicando um plano capaz de solucionar problemas coletivos, articulado a um planejamento preventivo, capaz de pensar a cidade para além do aqui e do agora (OLIVEIRA, 2003, p. 123).

O Estado tomava medidas paliativas de curto prazo para solucionar superficialmente os problemas urbanos que assolavam a cidade. Para ele, a crise era inevitável e só restava aceitar essa condição. Oliveira (2003) assinala:

Essa ligação entre Poder Municipal e Estadual foi, entre outros fatores, responsável pela inexistência de políticas autônomas para a cidade, bem como inibiu o aparecimento de lideranças capazes de propor e executar ações públicas capazes de conferir à cidade um projeto urbanístico. Aventa-se que a crise foi um fator impeditivo, todavia é preciso assinalar que até a década de setenta, período pós-implantação da Zona Franca de Manaus, a cidade não possuía plano de ação que desse conta das políticas públicas urbanas a médio prazo. Havia os códigos de postura que são normas voltadas para a conformação da cidade, não se antecipando aos problemas, tentando quando muito corrigi-los (OLIVEIRA, 2003, p. 125).

O Poder Estadual podia escolher o representante municipal, o que causou a falta de autonomia assinalada por Oliveira, a cidade não era pensada para os futuros problemas que poderiam surgir com o seu crescimento, ela vivia num estado letárgico. A característica que predominou em Manaus foi a de uma cidade bucólica em que o Estado é neutro e contribui de forma harmoniosa para o desenvolvimento da cidade, trazendo a harmonia entre a relação natureza e sociedade. Todavia, essa é uma visão da classe dominante, a elite local que desfrutava dos poucos benefícios urbanos no período entre 1920 e 1967, os pobres, os trabalhadores e os mendigos não atrapalhavam essa harmonia pois suas condições nesse contexto urbano eram escondidas (OLIVEIRA, 2003, p. 126-127). Além disso:

Na maioria das vezes, de maneira desordenada, as políticas públicas urbanas conseguiram estabelecer as condições de produção e reprodução da cidade para o atendimento dos interesses hegemônicos. Esse espaço urbano foi resultado de processos geradores de formas e funções modificadoras da cidade encravada no meio da selva. No entanto, jamais significou um espaço transformado para todos. Era privilégio apenas de uma minoria. Os pobres da cidade não eram considerados, a cidade era sempre apresentada em largo cenário onde só a elite tinha rosto e se destacava (OLIVEIRA, 2003, p. 134).

Por outro lado, os menos favorecidos “[...]continuamente resistem e se transformam. Suas ações estão preñes de mudanças. Não uma mudança qualquer, mas uma transformação cujo significado está no vivido, isto é, na vida. No cotidiano dos pobres, a cidade é continuamente reinventada e vivida [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 131). A forma como eles vivem o cotidiano foi de suma importância na apreensão do espaço urbano que lhes foi negado.

É importante sinalizar que a concepção de que a cidade de Manaus viveu um período de crise, assim:

[...] a crise da cidade ou a cidade em crise que caracteriza a Manaus de 1920 a 1967 tem dimensões diversas para segmentos diferenciados da população, pois, da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o conjunto de seus moradores. Essa contradição resulta de que a produção do espaço urbano também está afeita ao lugar e às suas especificidades possuindo a dimensão do cotidiano (OLIVEIRA, 2003, p. 137).

Para os excluídos, o período de 1920 e 1967 foi um período comum, pois eles estavam afastados de toda a lógica da “Paris dos Trópicos” no apogeu da borracha e isso marca a dinamicidade na produção da cidade. Além do mais:

[...] a crise na cidade de Manaus no período de 1920 a 1967 não é homogênea, não atinge a todos igualmente e em alguns casos nem mesmo se faz notar. A dimensão social desse processo é, sobretudo, uma dimensão espacial, sendo, por isso, concebida como uma prática sócio-espacial, tendo a cidade como o lugar da ação (OLIVEIRA, 2003, p. 162).

Com isso, é possível afirmar que a fragmentação espacial na cidade de Manaus neste período gerou contradições socioespaciais, em que o estado de crise da cidade em algumas áreas e a inexistência dessa crise fossem produzidos dentro do espaço urbano de Manaus. O que parte da cidade considerava um estado de crise, era a realidade de muitos moradores da capital amazonense até mesmo durante o I Ciclo da Borracha.

4.1.3 A Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus marcou a história socioeconômica da cidade de Manaus, sendo o mais longo e bem-sucedido empreendimento econômico pensado fora da região em que foi implantado. Contudo:

[...] relações sociais predominantes na Amazônia foram determinadas à região, em última instância, por interesses exógenos aliados a interesses endógenos quase sempre representando prejuízos às populações locais (OLIVEIRA, 2014, p. 186).

Seguindo essa lógica, Oliveira também aponta:

Sobre as políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia, dois aspectos parecem importantes: em primeiro lugar, entender que algumas políticas públicas adotadas a partir do governo militar já vinham sendo adotadas anteriormente, sendo

que alguns projetos e atividades foram apenas retomados ou redimensionados. O que é importante assinalar é que mesmo nos casos em que projetos foram retomados ocorreram mudanças, seja pelo modo autoritário como foram conduzidas as ações, seja pela combinação das mesmas com políticas públicas adotadas e/ou dinamizadas pelo poder público nos seus vários níveis (OLIVEIRA, 2014, p. 192).

Pensado inicialmente no governo de Juscelino Kubitschek, o projeto da Zona Franca de Manaus foi reformulado e sancionado no período militar:

A ZFM surgiu com objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, beneficiamento e retirada de produtos do exterior. Foi em 28 de fevereiro de 1967 que o presidente Castello Branco assinou o Decreto-Lei nº 288, alterando as disposições da legislação de 1957 e reformulando a ZFM, que passou a contar com uma área de 10 mil quilômetros quadrados, centralizada em Manaus (SUFRAMA, 2015).

Assim, a ZFM passou a vigorar com a centralização do seu projeto na cidade de Manaus e sendo administrada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O contexto da época era, segundo Araújo:

Produto da Política de Integração Nacional no início dos governos militares, a Zona Franca de Manaus foi criada com o objetivo de ocupar a Amazônia Ocidental, uma região despovoada desde o fim do fastígio da borracha. Além da ocupação, visava atenuar os desequilíbrios regionais e intrarregionais da região amazônica, bem como compensar as desvantagens da sua localização em relação aos mercados (ARAÚJO, 2009, p. 34)

A partir dos incentivos fiscais, a ZFM se tornou atrativa para as empresas que não iriam se estabelecer numa região desconectada da lógica do transporte rodoviário como na Amazônia Ocidental. Esse novo ciclo econômico possui algumas similaridades com o Ciclo da Borracha, a exemplo:

Desde fins do século XIX a Amazônia é alvo de incentivos governamentais de povoamento via mão-de-obra. Durante a economia da borracha grandes contingentes de migrantes nordestinos partiam para a região com grandes ilusões de riqueza, mas ao chegarem ao lugar de destino não encontravam nenhum apoio do governo. Os trabalhadores viviam em regime de servidão sem nunca conseguir saldar suas dívidas, além de sobreviver em péssima qualidade de vida. Aos nordestinos que se aventuraram no interior da Amazônia restavam poucas alternativas: alguns morriam nos seringais e outros partiam rumo às periferias da cidade de Manaus. Lá viviam em extrema miséria e sem perspectiva de melhores dias (ARAÚJO, 2009, p. 40-41).

Dessa vez incentivou a industrialização, o que atraiu uma migração para a capital amazonense, contribuindo com um expressivo crescimento demográfico e horizontal da cidade.

Quadro 1: Crescimento Demográfico de Manaus

ANO	MANAUS
1872	29.334
1890	38.720
1900	50.300
1920	75.704
1940	106.399
1950	139.620
1960	175.343
1970	314.197
1980	642.492
1991	1.010.544
2000	1.403.796
2010	1.802.014

Fonte: SOUZA, L. (2016).

Ora, a cidade de Manaus no período áureo da borracha foi um local de grande importância comercial e com a ZFM tem o seu retorno triunfal, o seu divisor de águas econômico. Ela volta a ganhar destaque em razão dos possíveis lucros e investimentos que a implantação do Polo Industrial de Manaus poderia resultar, numa esfera global, Manaus volta a ser observada pelo mundo (SOUZA, 2016, p. 35). Em relação ao espaço urbano, Souza afirma:

A população do interior do estado migrou para a “cidade” capital amazonense, atraída pela oferta de empregos nas linhas de produção do Distrito Industrial ali instalado. Com o processo migratório para a capital em busca de oportunidades, Manaus se configura como uma cidade que cresceu sem o correspondente incremento de infraestrutura e políticas públicas adequadas para comportar a demanda de pessoas e serviços com a nova configuração da produção e mão de obra (SOUZA., 2016, p. 36).

Com essa grande explosão demográfica, vieram os problemas urbanos com a ausência de políticas públicas que visassem por uma Manaus preparada para dar condições humanamente mínimas de vida para os possíveis trabalhadores das indústrias que aqui se instalaram. Referente a isso:

[...]a Manaus do III Ciclo de Desenvolvimento estaria marcada pelos “problemas” trazidos com a modernidade, como o aumento demográfico sem controle, insuficiência de moradia digna a todos os que aqui chegavam, defasagem no sistema de transporte e uma cidade cada vez mais extensa em sua malha urbana (SOUZA, 2016, p. 38-39).

Esses fatores estão diretamente ligados às ações do Estado no espaço nacional, no caso:

Durante os regimes militares, no século XX, o progresso era ideia dominante e, para tanto, as florestas deveriam ser derrubadas, a Amazônia povoada e estradas de rodagem construídas. Na década de 1970 as consequências das políticas de integração

nacional e desenvolvimento regional foram desastrosas, tanto na dimensão social, como no âmbito ecológico. Houve ocupação urbana desordenada e exploração predatória da natureza (ARAÚJO, 2009, p. 41).

A concepção de progresso trazida pelos militares para a Amazônia causou efeitos no espaço urbano da cidade de Manaus, que se expandiu desmatando a floresta e poluindo os canais hídricos que cortam a cidade.

A malha urbana expandiu-se para longe das margens do rio Negro, esparramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste, com a predominância das ocupações espontâneas conhecidas como “invasões”, e no sentido oeste; com a predominância de condomínios fechados e moradias de alto padrão. A “orla da Ponta Negra” é a que reflete de modo mais claro a desigualdade social especializada na estrutura urbana, pois morar nos conjuntos de apartamentos de alto padrão de frente para o rio Negro é inovador em termos de urbanismo. Afinal, na cidade que cresceu de costas para o rio, ter o rio à janela é para poucos que podem pagar um valor que supera as cifras do metro quadrado construído de outras cidades brasileiras (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 84).

A cidade que dependia das dinâmicas fluviais para se comunicar com o mundo sofre grandes mudanças ao se expandir, adentrando a terra firme e estabelecendo novas relações socioespaciais com o mundo. Ao mesmo tempo, observa-se a intensificação do processo de segregação socioespacial a partir da ocupação da orla da Ponta Negra pelos condomínios de alta renda, realidade essa semelhante à da cidade flutuante apenas no fato de que usufruíam da vista para o Rio Negro. Certas paisagens possuem significados diferentes com o passar do tempo, o uso da vista para o Rio Negro é um desses casos. Sobre os contrastes na paisagem urbana temos a seguinte assertiva:

Assim como as belas edificações da época áurea da borracha destoavam dos casebres da época, a modernização do município ocasionada pela ZFM também contrasta com as palafitas à beira dos igarapés e com a parcela da população que vive nas periferias (ARAÚJO, 2009, p. 41)

Mudam-se alguns elementos e condições para a produção do espaço urbano em Manaus, mas a essência continua a mesma pois o sistema econômico capitalista que condiciona e gera essa realidade é o mesmo apesar de algumas adequações para se manter vigente. A luta pela moradia permanece sendo pauta emergencial mesmo no mais atual e importante momento econômico da cidade advindo da ZFM. Além do mais, Veloso explana:

É interessante perceber que a expansão da malha urbana de Manaus foi intencionalmente estimulada por agentes do Estado e de mercado, especialmente o mercado imobiliário. Por parte das ações do Estado, as mudanças das sedes administrativas dos governos do Estado do Amazonas e da Prefeitura de Manaus, que tiveram sua localização na Área Central até a década de 1990, foram elementos que induziram o crescimento da cidade em direção ao vetor oeste-norte (VELOSO, 2015, p. 140)

O Estado, a partir da intervenção econômica do governo militar e a produção de diversos conjuntos habitacionais – que beneficiaram diretamente os agentes do mercado imobiliário - contribuíram para um novo momento na produção do espaço urbano manauara a partir da década de setenta, que ocupou áreas mais ao leste e norte da cidade. A infraestrutura de transportes e habitacional proporcionaram a ocupação urbana conforme o exposto a seguir:

Na cidade de Manaus, pavimentação da AM-070 e da via expressa do Aeroporto Eduardo Gomes, além da duplicação da via AM-450 (São Jorge/Ponta Negra – 12 km). No quesito habitacional, contratos de financiamento para a efetivação da construção de equipamentos comunitários nos conjuntos Ajuricaba, Costa e Silva, Flores, Japiim, Japiinlândia e no bairro do Coroado (SOUZA, 2016, p. 73)

A pavimentação das vias gera um fluxo de pessoas de um lugar para outro em menor tempo, tornando possível ocupar áreas nessas vias pavimentadas ou próximas a elas. Manaus se torna, então:

a partir da implantação da ZFM, nesse momento, a cidade é um grande canteiro de obras, com a construção de conjuntos habitacionais, obras de infraestrutura viária, de esgoto e também de abastecimento de água e luz (SOUZA, 2016 p. 75).

As condições para a fluidez desse novo ciclo econômico se dão por meio do estabelecimento de infraestrutura e serviços urbanos, que irão garantir a reprodução do capital. No tocante a produção do espaço urbano manauara:

Podemos dizer, portanto, que a estrutura metropolitana de Manaus está intrinsecamente associada, no contexto sub-regional, às políticas de desenvolvimento que produziram o Polo Industrial e a Zona Franca como pilares de sua expansão urbana e crescimento econômico (VELOSO, 2015, p. 152).

Dentro da cidade de Manaus, o setor industrial e as áreas residenciais são elementos estruturantes na produção do espaço (VELOSO, 2015). Se Manaus possui importância local, regional e nacional expressiva na contemporaneidade, deve-se a esses fatores. A ideia pertinente inserida em todo esse momento configura-se da seguinte forma:

A metrópole de Manaus enquanto produto da modernidade no período em que se consolida a expansão e acima de tudo a produção de suas periferias, nos anos 1970 e 1980, principalmente, cresce para dentro de si mesma. Novas condições emergem, como a produção imobiliária voltada para um alto padrão construtivo, a promoção de chácaras e loteamentos sustentados por uma lógica discursiva de uso de elementos naturais, serviços como shopping center, entre outros, e inauguram um novo movimento (territorial e no sentido de sua reprodução). Consequente a isso, uma nova centralidade analítica a partir da prática urbana é recolocada: a metrópole e seu espaço metropolitano são produzidas a partir de movimentos do setor imobiliário e a ideia de periferia e de expansão do tecido urbano da metrópole obrigam novas interpretações (BRAGA, 2019, p. 35).

Sendo assim, Manaus é um produto de elementos internos ligados à localização geográfica e de elementos culturais relacionados com estratégias político-econômicas externas,

que reestrutura e ressignifica o espaço urbano da cidade. Oliveira contribui para essa perspectiva:

Na Amazônia, é preciso compreender que as espacialidades pretéritas e presentes resultam das duras condições de vida, mas também da resistência, da força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é uma outra vida. Estas ações que se concretizam e se objetivam no espaço social (aqui contraposto ao espaço abstrato) quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do estar sempre por aí e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas. Para superar essa visão, que de certo modo predomina nas análises sobre a Amazônia, deve-se analisar além das macroestruturas, as coisas simples e a vivência do dia-a-dia. Outro aspecto que também deve ser enfatizado, é que não se pode partir da premissa de que os homens e mulheres da Amazônia são apenas vítimas. As espacialidades amazônicas, em diferentes períodos, constituem-se na reatualização da exclusão, produzindo novos e velhos pobres na cidade, nas florestas, nos rios e na terra; contudo, é também delas que emergem novos sujeitos sociais produtores do espaço (OLIVEIRA, 2014, p. 195-196).

Logo, mesmo que o autor se refira numa escala maior – no caso a Amazônia – esse argumento é válido para Manaus, que logicamente está inserida nessa região e passa pelas mesmas dinâmicas gerais impostas para a região amazônica. Ao mesmo tempo que a ZFM induziu desigualdades, com ela nasceram novas formas de resistir e se apropriar do espaço para habitá-lo. O agente social não é mera vítima, ele produz e entra em conflito com outros atores na produção do espaço urbano, ele é sujeito que produz no espaço e é influenciado por esse espaço. A Zona Franca de Manaus possui uma densa importância para a produção do espaço urbano manauara até os dias atuais, mesmo que a cidade esteja adotando com mais intensidade o modelo do capitalismo financeiro (BRAGA, 2019).

4.2 A segregação socioespacial

A segregação é uma teoria que possui um prisma de conceitos, todos interligados, por isso existe uma certa complexidade. O senso comum entende qualquer tipo de segregação como uma simples separação ou diferenciação que pode ser observada na paisagem. Neste subcapítulo iremos abordar, de forma breve, o percurso teórico-metodológico do conceito e analisar como o processo de segregação socioespacial se encaixa na realidade da cidade de Manaus.

4.2.1 Segregação socioespacial: uma breve análise

A teoria da segregação – mais próxima do que conhecemos - nasce na primeira metade do século XX:

Partindo da ideia de que um termo só ganha o estatuto de conceito se compreendido no âmbito de uma teoria, já nos deparamos com o primeiro desafio em relação à compreensão do conceito de segregação. Ele tem sua origem com Park (1967 [1916]) e se desenvolve na “Escola de Chicago”, com as contribuições de Burgess (1974[1925]) e McKenzie (2005[1926]). Décadas depois, foi apropriado e repensado por outras perspectivas teóricas, entre elas a reconhecida como “Escola da Sociologia Urbana Francesa”, cuja leitura crítica teve grande importância nos anos 1960 e 1970 (SPOSITO, 2018, p. 61).

É importante salientar que a segregação não foi “descoberta” na Escola de Chicago no início do século XX, mas quanto a forma em que ela se estabelece é que foi diferenciada a segregação que é muito bem conhecida pela sociedade:

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação sócio-espacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente (NEGRI, 2008, p. 130).

A segregação trabalhada na Escola de Chicago se difere substancialmente da segregação da Escola de Sociologia Urbana Francesa, pois, no primeiro caso, ela é uma teoria influenciada pela teoria da ecologia humana, pensando na condição resultante da segregação como algo natural e inevitável na sociedade, focados amplamente na questão residencial desse processo. Nesta perspectiva:

Para estes especialistas a cidade funcionava como um organismo vivo, na qual havia uma história de vida e aquele que melhor se adaptasse ao estilo de vida urbano conseguiria habitar as melhores áreas deste espaço. Embora tratassem de classes sociais, os teóricos insistiam em usar o termo “pessoa” ou, ainda, “indivíduo”, para distinguir as ações desprendidas por estes no espaço, apesar de trabalharem com o termo segregação (NEGRI, 2008, p. 132).

A partir dessas características já se observa que a teoria nasce de um tipo de Darwinismo social (Negri, 2008), ao qual os indivíduos mais bem adaptados seriam bem-sucedidos e poderiam ocupar lugares com qualidade de vida melhor, anulando as ações do capital e do Estado na sociedade. Sendo assim:

O maior equívoco desta escola foi o de ter tomado para a sociedade uma teoria construída para os elementos naturais e ter construído bases para a “naturalização” das relações sociais nas cidades. A segregação sócio-espacial foi tomada como algo inerente às cidades, através de questões de cunho racial, étnico e cultural. Como se ser segregado ou não fizesse parte do cotidiano do espaço urbano, das relações “naturais” entre as pessoas, ou seja, somente aquele que se adaptasse mais facilmente e mais rapidamente ao modo de vida urbano poderia sair-se melhor e, conseqüentemente, habitar as melhores áreas e ter as melhores oportunidades de trabalho e renda (NEGRI, 2008, p. 135).

Na Escola de Sociologia Urbana Francesa, o conceito é repensado sob influência das teorias marxistas, deixando de ser um movimento natural para ser um resultado das condições

desiguais impostas pelo sistema capitalista de produção que tem no espaço urbano a sua base de expansão (NEGRI, 2008). Sobre essa questão Negri afirma:

A partir da década de 1970, os estudos começaram a também serem realizados numa perspectiva marxista. No contexto das discussões mais amplas dessa linha estava a causa dos fenômenos e não mais somente as conseqüências. Para tanto, foram colocadas em evidência as relações das classes sociais, o modo de produção atual e o espaço urbano analisado sob o ângulo de sua produção e controle pelas classes sociais (NEGRI, 2008, p. 136).

Sposito analisa os fatores políticos e econômicos que reforçam o processo de segregação socioespacial a qual se estabelece da seguinte forma:

[...] sempre, como uma MESCLA DE CONDICIONANTES E EXPRESSÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS. Não há dúvida de que fatos muito concretos, como a presença de um rio ou de uma ferrovia que separa uma parte da cidade da outra, pode induzir ou reforçar a segregação. Tampouco, duvida-se que os assentamentos residenciais realizados ilegalmente, em áreas ambientalmente degradadas ou não, o que se pode reconhecer objetivamente, também possam gerar segregação. Muito menos se coloca em questão, o fato de que a lei ou o uso da força, o que pode ser documentado ou registrado, ganhando ou guardando deste modo sua objetividade, também sejam, frequentemente, fonte e razão da segregação. O que quero ressaltar com a indissociabilidade entre objetividade e subjetividade na constituição e existência da segregação é que não sendo natural, mas, sim, social, ela revela os campos de ações e lutas que movem a sociedade, sendo esta a mais perversa entre suas faces (SPOSITO, 2018, p. 66-67).

A segregação por si só, segundo a autora, é produtora de conflitos sociais e lutas, pois a sua essência como processo é nascer da desigualdade e da luta pela moradia, partindo de várias ações que podem vir por meio de diversos atores sociais do espaço urbano. Dito isso, Negri explica:

As maneiras como as classes se distribuem no espaço urbano dependem do acúmulo de capital individual que cada um consegue ter. Morar em um bairro popular não depende somente de suas características culturais, étnicas ou raciais, mas da reprodução da força de trabalho que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço (NEGRI, 2008, p. 135).

Isto é, aqui se estabelece um fator diferencial e importante para se compreender o que é de fato segregação socioespacial dos demais processos urbanos inseridos no espaço. A segregação socioespacial é uma delimitação teórica para o conceito geral de segregação, sendo um processo em que se analisa o impacto das ações dos agentes produtores do espaço (Estado, capital, sociedade) no espaço urbano e como isso afeta as classes sociais no momento de habitar a cidade, além do que, se analisa também a disponibilidade de infraestrutura urbana disponível

para toda a cidade, se há concentração de infraestruturas urbanas de qualidade em áreas de classes mais ricas ou não. Com isso:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (NEGRI, 2008, p. 136).

É necessário conhecer os atores sociais por trás do processo de segregação socioespacial para compreender esse conceito que tem como condição se materializar no espaço (SPOSITO, 2018).

O conceito de segregação foi adotado pelos pesquisadores brasileiros para compreender como esse processo está entrelaçado com a favelização e a periferização dos mais pobres, movimento muito comum nas cidades brasileiras, principalmente nas capitais. No Brasil, a partir dos anos 70, se vive a intensificação da produção de espaços residenciais fechados, o que marca um novo momento no processo de segregação:

O que interessa [...] é focar como esses ambientes residenciais geraram novas formas de segregação socioespacial, que tornam mais complexos, ainda, os processos de estruturação do espaço urbano. [...] eles representam forma peculiar de segregação, segundo a qual os que têm maior poder (geralmente, mas não exclusivamente, econômico) decidem se separar dos outros. Trata-se, numa primeira aproximação, da inversão da tendência que vigorou durante grande parte do século XX, desde a proposição do conceito de segregação. Antes, a maioria, engendrava ações, práticas e representações sociais, colocando em ação o processo de segregar, procurando isolar os de menor poder, qualquer que fosse a natureza deste poder (SPOSITO, 2018, p. 68).

Esse processo que marca uma nova forma de segregação socioespacial é denominado de autosegregação, em que as classes sociais com alguma espécie de concentração de poder, se separam do restante da sociedade. Num sentido mais geral, é importante entender:

A cidade, produto e obra, encontra-se sob as determinações do capitalismo que tornou a própria cidade uma mercadoria e determinou seu uso pela lógica das relações que envolvem e permitem a criação da mercadoria no movimento do processo de valorização do valor. O espaço urbano tornado mercadoria faz com que seu valor seja determinado pelo mercado imobiliário; deste primeiro acesso redefinem-se outros – por exemplo, o acesso a bens e serviços urbanos, à centralidade –, uma vez que os usos (tanto produtivos quanto improdutivos) submetidos ao valor de troca se articulam a partir do lugar da moradia (CARLOS, 2018, p. 99).

Isso corrobora com o movimento de autossegregação, pois, a partir do lugar da moradia, o capital vai transformando em mercadoria o espaço urbano, convertendo valor de uso em valor de troca, produzindo a fragmentação. Neste contexto:

[...] a fragmentação se explica, assim, pelo fato de que a extensão do valor de troca do solo urbano divide e parcela o espaço, disponibilizando-o para o mercado de moradia e, nesta condição, a propriedade privada do solo, associada à existência de rendas diferenciadas no seio da sociedade, justapõe morfologia social/morfologia espacial (produto da subordinação ao valor de troca e à realização do mundo da mercadoria) (CARLOS, 2018, p. 100)

A mercantilização do espaço o divide e, então, a propriedade privada do solo e as rendas diferenciadas da sociedade, sobrepõem a morfologia social e espacial. A fragmentação do espaço, dessa forma, favorece a lógica de produção do espaço urbano sob a égide do capital. Correlacionado ao espaço como mercadoria:

[...] cabe considerar que o drama de não conseguir realizar o urbano (enquanto encontro, sociabilidade, diferença, centralidade) a partir do habitar é muito mais intenso nas cidades de países periféricos, nas quais altos níveis de exploração do trabalho e as políticas de Estado não garantem acesso à mobilidade, aos espaços públicos e coletivos de produção de sociabilidade e cultura e, especialmente, à moradia, de modo que, muitas vezes, sequer a possibilidade do habitat existe de fato, reduzindo ainda mais as possibilidades de apropriação. As lutas se direcionam, num primeiro momento nestes países, pelo direito de ficar na cidade (ALVAREZ, 2018, p. 112-113)

A não realização do urbano é um dos fundamentos da segregação socioespacial, muito comum em Manaus, desde os tempos do auge da borracha, em que a população que não detinha poder aquisitivo ou social, era varrida das áreas centrais que disponibilizavam de transporte, energia e água encanada, para áreas periféricas dispendo de pouca ou nenhuma condição para se viver (OLIVEIRA, 2003). Inseridas nessa luta para habitar a cidade:

As remoções forçadas têm constituído elemento central da reprodução do espaço urbano contemporâneo, não só no Brasil, o que revela que a expropriação, longe de ser um processo localizado no momento da formação do capital, também não é apenas produto da crise capitalista, mas parte da estratégia de sua superação pela reprodução do espaço, o que atualiza o termo da segregação urbana como negação do direito à cidade (ALVAREZ, 2018, p. 119)

Na ausência de condições acessíveis para todas as classes sociais, a ocupação irregular se torna uma alternativa para grande parte da população das cidades brasileiras, sendo essa negação à moradia uma negação ao direito à cidade (Figura 5).

Figura 5 - Operação Remove Barracos ao Lado da Reserva Adolpho Ducke em Manaus



Fonte: G1 AMAZONAS. Foto: Gato Júnior (2022)

Essa operação removeu 80 barracos que ficavam entre a Reserva Adolpho Ducke e o Bairro Cidade de Deus (G1 AMAZONAS, 2022), sendo um bom exemplo de que nem em todos os casos a ocupação irregular se estabelece para se tornar um bairro (Figura 6), isso depende muito dos interesses do Estado e da elite.

Figura 6 - Remoção de Famílias na Ocupação Irregular Monte Horebe



Fonte: G1 AMAZONAS. Foto: BENEVENUTO, Josney (2020).

Além dos efeitos da segregação e da autosegregação no espaço urbano, é preciso entender os que segregam e os que estão segregados. Apesar de possuírem agentes sociais

diferentes, a segregação e a autosegregação possuem similaridades quanto às práticas espaciais e dinâmicas sociais (SPOSITO, 2018). Inseridos nessa lógica:

A periferia se produz, em si, de forma contraditória, se constituindo de imensas áreas ocupadas por autoconstrução em que as favelas e as “ocupações” mostram, de forma dramática, a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção da moradia. Seu negativo são as áreas de construção dos “condomínios fechados”, apontando a contradição entre o espaço homogêneo [...] e o espaço fragmentado pela propriedade privada do solo (CARLOS, 2018, p. 102).

A segregação socioespacial é o negativo da autosegregação, em que dentro da realidade de uma cidade existem grandes contradições tais como a ideia de espaço homogêneo e o espaço fragmentado exatamente por um dos fatores fundadores da autosegregação: a propriedade privada do solo. Carlos assinala:

O que aparece e se confunde com a segregação é o espaço dos condomínios fechados. Trata-se de espaço constrangedor, homogêneo, uniforme, cercado e vigiado, que mutila o urbano. O que ele esconde por meio do discurso da natureza, da segurança e da exclusividade é uma estratégia imobiliária capaz de realizar a propriedade privada da riqueza e a lógica da realização do lucro, por meio do uso e da ocupação do espaço. Oposições e contrastes vão estabelecendo conflitos ao mesmo tempo que revelam uma ordem autoritária sob o domínio do capital. [...] Neste sentido, a reprodução do espaço urbano sinaliza, em seu desdobramento, a produção da metrópole subordinada aos interesses particulares do grande capital, delineando a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria e à propriedade, sob a égide do capital financeiro. No urbano, portanto, o desenvolvimento da propriedade apresenta novos usos e impõe normas objetivas, criando os limites e interditos físicos a partir das articulações entre os espaços-tempos de lazer, do trabalho e da vida privada em lugares estabelecidos com funções rígidas e, como consequência, expõe, espacial, a hierarquia social. Esse processo revela-se como fundamento da segregação que caracteriza o espaço urbano, onde a desigualdade socioespacial se aprofunda, pela incorporação de todo o espaço como condição da extensão do mundo da mercadoria. (CARLOS, 2018, p. 103).

Os condomínios fechados são a maior expressão materializada no espaço urbano do espaço que é uma mercadoria, vendido sob a ilusão da segurança e da exclusividade. Ele afasta o público que não é desejado, mostrando neste exemplo pontual a subordinação da metrópole aos interesses do capital e, essa nova realidade socioespacial se estabelece utilizando como base a segregação, intensificando a desigualdade em razão das condições restritas de uso do espaço urbano que se deve ao espaço ter se tornado mercadoria, moeda de troca. Em contrapartida:

Os movimentos sociais que vão surgindo em vários pontos da metrópole apontam as necessidades urgentes de superação desta situação, mas também a necessidade de transformação radical da sociedade, como aposta de uma mudança mais profunda numa metrópole vivida como privação, estranhamento e caos. As lutas pela apropriação do espaço urbano que surgem no cotidiano questionam o sentido da metrópole produzida sob a égide do processo de valorização que aprofunda e encobre os mecanismos de segregação. Essas lutas sinalizam a consciência da extrema privação, mas sua leitura não se fecha na esfera dos bens necessários a sua vida, pois refere-se, também, à escala da realização dos desejos de um projeto muito mais

complexo capaz de mudar a vida. Sua existência ilumina a contradição valor de uso-valor de troca adquirindo potência negativa. Ao se definirem pela recusa a esta situação, muitos colocam o “direito à cidade” no centro da luta, orientando-a (CARLOS, 2018, p. 108).

A sociedade que sofre os impactos da segregação socioespacial, o espaço se tornando mercadoria e a cidade sendo cada vez mais afastada da sociabilidade coletiva, busca alternativas de reconquistar a cidade. Referente a isso, Alves afirma:

As segregações urbanas são mais do que a separação dos diferentes sujeitos no espaço. Seu conteúdo inclui também, sem excluir a separação espacial, privações socioespaciais dos mais diferentes tipos, a saber: negação ou dificuldade de mobilidade física pela precariedade do transporte público e, em muitos casos, pela impossibilidade de pagamento do mesmo. Essa aparente imobilidade física corrobora com a imobilidade social, pois sem ter muitos recursos, o acesso à moradia, por exemplo, muitas vezes se dá no limite da sobrevivência. Como um dos conteúdos da produção do espaço urbano está pautado, ao menos no Brasil, na propriedade privada da terra/solo urbano, a impossibilidade de acesso às áreas com maiores riquezas sociais urbanas, como equipamentos públicos e de serviços [...], obriga as pessoas a morarem em áreas sem esses bens e serviços, que em geral ficam distantes das centralidades já consolidadas, onde, além dessas riquezas sociais, também se concentram e há a possibilidade de empregos (ALVES, 2018, p. 148).

A questão da segregação socioespacial abarca outros processos como a separação espacial, mobilidade urbana e, principalmente, o acesso à moradia. Dado ao fato do acesso à moradia no Brasil ser a partir da propriedade privada da terra, limita-se o acesso democrático de áreas com todos os serviços e infraestrutura urbana, fazendo com que a população que não tenha condições econômicas de comprar uma parcela do solo urbano nessas áreas, recorram a zonas da cidade que não possuem ou disponham de poucos serviços urbanos.

Na questão da moradia, fundamental no contexto de segregação socioespacial, parte da lógica de ocupação do solo urbano está atrelada:

Do ponto de vista da produção intraurbana do espaço em nosso país, os setores econômicos mais atuantes na produção da cidade – o setor imobiliário formado por grandes empresas construtoras incorporadoras (ligadas também aos capitais comercial e industrial) e o setor financeiro (bancário em um primeiro momento) – concentraram suas ações na produção dos bairros nobres e bem localizados, bem servidos em termos de equipamentos urbanos, voltados à moradia das elites políticas e econômicas. Com isso não desconsideramos a existência de empresas e proprietários que possuíam negócios imobiliários voltados à construção e locação de moradias populares para os trabalhadores, mas estamos admitindo que a produção imobiliária privada hegemônica se concentrava espacialmente em bairros centrais e/ou que iam se tornando centrais, sendo as periferias o lugar onde essa produção imobiliária-financeira não atuava de modo contundente até pelo menos a última década. Dadas às necessidades de continuidade de produção ampliada da acumulação urbana, e dadas algumas barreiras como a raridade do espaço em certas regiões valorizadas e densamente ocupadas das cidades e metrópoles, o setor imobiliário de ponta e o capital financeiro, com o auxílio do Estado, passam atualmente a investir pesadamente na produção habitacional nos espaços periféricos – mas não apenas aí -, onde a pobreza historicamente constituída vem sendo mobilizada lucrativamente. Por isso, o que se observa hoje nas periferias integra o que se pode pensar como uma nova rodada

especial da reprodução do capitalismo imobiliário no Brasil, que se liga estreitamente à chamada mundialização financeira (VOLOCHKO, 2018, p. 112).

Inicialmente, observa-se o setor imobiliário e o setor financeiro dispendo de esforços para produzir bairros nobres e bem localizados, para as elites da cidade, sendo a principal forma de se apropriar e garantir a acumulação e o lucro até um tempo antes da década de 2010. Em outro momento, em razão da necessidade que o capital possui em se expandir para novas áreas, garantindo assim sua acumulação, com o apoio do Estado, passa a investir na produção habitacional nos espaços periféricos, interligando a produção capitalista do espaço à lógica de mundialização financeira (VOLOCHKO, 2018). Esse novo momento de produção capitalista no espaço urbano leva os condomínios para áreas que são predominantemente ocupadas por casas de classes mais baixas que esses condomínios. Além dos agentes produtores do espaço do setor imobiliário e do setor financeiro:

A produção do espaço urbano envolve uma série de sujeitos que agem conflituosamente pela conquista de espaços voltados para o uso na vida cotidiana e de espaços voltados para a satisfação dos requerimentos produtivo-lucrativos. Nessa luta, o Estado se coloca como um campo de mediações e disputa entre o social e o econômico. Mas o que se observa é que legislações como o Estatuto da Cidade – e seus dispositivos que buscam combater a especulação imobiliária, como o IPTU regressivo no tempo – são atropelados por programas de governo que se colocam como pacotes anticrise e que têm por objetivo precípua dinamizar o mercado imobiliário, possibilitando-o escavar novas fronteiras no urbano, que se materializam na construção dos grandes condomínios fechados voltados às frações populares e às frações inferiores das classes médias nas periferias (VOLOCHKO, 2018, p. 112-113).

O Estado possui um diferencial quanto ao agente social e econômico, ele pode intervir diretamente, favorecendo interesses tanto do agente econômico como do social. Contudo, dentro da máquina estatal existem contradições, tais quais a existência do Estatuto das Cidades que visa a luta contra a especulação imobiliária e projetos pontuais para solucionar crises, duas estratégias que entram em conflito por possuírem objetivos diferentes.

Especificando-se na produção de condomínios habitacionais, é importante salientar as características dessas formas de moradia:

Nos novos condomínios habitacionais populares produzidos pelo mercado imobiliário-financeirizado nas periferias urbanas mesclam-se, em geral, características urbanísticas de conjuntos habitacionais (blocos de edifícios de até quatro andares) e de condomínios horizontais fechados (conjuntos de sobrados), observando-se igualmente nos sobrados ou nos blocos de prédios a mesma homogeneização e a mesma excessiva normatização dos usos. A propriedade privada do solo (pelo menos na condição da sua posse momentânea através da ocupação da casa), no nível da vida privada, pode até permitir alguma privacidade, mas no nível da vida pública da rua, do bairro, da cidade, essa apropriação se precariza ao se segregar, como ocorre muitas vezes com a privatização do espaço público através da instalação de muros e guaritas em um espaço público, tratando-se não raras vezes da morfologia de condomínio fechado mas que se trata de fato de um loteamento “que se fechou” (VOLOCHKO, 2018, p. 122)

Essas características podem ser observadas na cidade de Manaus, que possui uma gama diversificada tanto de conjuntos habitacionais (Figura 7), como de condomínios fechados (figura 7) ou loteamentos que se fecharam (Figura 8).

Figura 7: Conjunto Habitacional Viver Melhor



Fonte: Cimento Itambé (2013). Foto: SANTOS, Altair.

Essa forma de produção do espaço urbano foi a principal característica adquirida com o novo momento econômico proporcionado pela instalação da Zona Franca de Manaus em 1967 e que continua predominante até dias atuais, indo além dos limites municipais da cidade de Manaus (BRAGA, 2019).

Figura 8: Condomínio Residencial Jardim das Américas – Ponta Negra



Fonte: Amazonas House (2022).

Segundo Rodrigues (2018, p. 149), a segregação socioespacial materializada partindo da produção de loteamentos murados e condomínios fechados é entendida a partir da ideia da segurança como mercadoria, definindo um valor de troca em detrimento do valor de uso, que impõe mudanças na vida cotidiana. Dessa forma:

[...] a propriedade privada da terra é elemento fundamental para a constituição do que se denomina de um novo modo de morar. Trata-se da realização da propriedade e uma forma de segregar os que estão fora. A diferença em relação aos loteamentos murados é que tais condomínios pagam tributos (RODRIGUES, 2018, p. 157).

A propriedade privada da terra é um dos elementos que constituem o processo de segregação socioespacial, pois em sua realização, ela segrega os que estão de fora. A única diferença entre loteamentos murados e condomínios fechados é que nos condomínios é preciso pagar algumas taxas. Essas duas formas de produção de moradia carregam em si a falsa ideia de um “novo modo de habitar”, e que assim, isolado e fechado da sociabilidade coletiva, os compradores estarão seguros, essa é uma das formas de expressão da segregação socioespacial.

Figura 9: Loteamento Fechado no Conjunto Ajuricaba



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A outra realidade, a dos segregados, trabalhadores que geralmente constroem esses espaços de autosegregação das classes mais altas, lidam com salários baixos, condições precárias de moradia e de vida. Contudo, eles resistem, e lutam para garantir seus direitos no espaço urbano. Em relação a isso, Ribeiro sinaliza:

Do ponto de vista do processo de produção do espaço urbano, essa separação necessária ao capital e imposta por uma fragmentação aparece como segregação socioespacial, em que se impõe um modo de vida alicerçado no reconhecimento de identidades abstratas em detrimento das relações mais próximas. Em um determinado

nível, a segregação se efetiva pelos estratos de riqueza que cada família ou moradores possuem. Em outro patamar, de acordo com os instrumentos de representação, dos signos de cada sociedade, se constroem uma identidade abstrata com a negação do outro. Por isso, é preciso uma reflexão crítica a respeito desse processo, apresentando implicações decorrentes de sua generalização (RIBEIRO, 2018, p. 177).

As relações próximas da vida coletiva é destroçada, dando espaço para a generalização da vida urbana, sendo que a segregação socioespacial se dá tanto levando em consideração a renda dos moradores como também a partir de signos e elementos de cada sociedade, que podem assim construir um caminho identitário buscando negar o outro. Além disso:

A segregação socioespacial se transforma em processo importante para a reprodução em todos os níveis e dimensões da sociedade porque é necessário cindir, separar, impedir o uso, romper os laços de sociabilidade improdutiva, para integrar e, posteriormente, reproduzir as relações especificamente capitalistas. A segregação toca o econômico ao expulsar aqueles que são considerados barreiras à homogeneização do espaço; ao nível político, a segregação fragmenta para dominar, ao impedir o encontro e a produção de um espaço de sociabilidade para as experiências de politização e, socialmente, empobrece a vida material e imaterial dos habitantes da cidade integrando-os precariamente e impondo ao vivido uma sociabilidade baseada na lógica determinada pela propriedade privada e do consumo (RIBEIRO, 2018, p. 177).

Assim, a segregação socioespacial se estabelece. Para Manaus, a segregação socioespacial é um dos principais alicerces de produção do espaço urbano, desde o período do I Ciclo da Borracha, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com o afastamento da população que não tinha condições para uma prática social baseada em conteúdos exógenos a Amazônia até o período da Zona Franca de Manaus e a implantação do Polo Industrial de Manaus, em que a massa populacional que se dirigiu a capital Amazonense em busca de emprego e condições melhores de vida, teve que lidar com o grande desafio da falta de condições para se estabelecer e habitar na cidade.

A segregação é uma das consequências danosas da dinâmica econômica, ao banir os que não possuem condições de fazer uso dos espaços produzidos pelos próprios trabalhadores. Desta feita, os espaços urbanos dotados das melhores infraestruturas são de usufruto apenas daqueles que podem pagar. Este processo é influenciado no nível político quando algumas estratégias de intervenção do Estado favorecem a segregação socioespacial.

A Figura 10 registra esse processo de segregação socioespacial, retratando a ocupação das margens do igarapé do Mindu, estas áreas são vulneráveis a processos de erosão e à dinâmica das inundações dos cursos de água. Somando-se a isso, como nestas áreas não há infraestrutura de saneamento básico, esses igarapés transformam-se em verdadeiros esgotos a céu aberto, recebem os dejetos das moradias e o lixo produzido nas suas adjacências e levado pela chuva para dentro dos igarapés, atraindo diversos animais nocivos à saúde.

Figura 10 - Casas Construídas às Margens do Igarapé do Mindu



Fonte: O eco, 2022.

Em suma, a segregação socioespacial é a insuficiência ou total inexistência de aparatos ligados a infraestrutura e serviços urbanos numa área em que é habitada por pessoas, contudo, essas pessoas não estão experienciando o urbano de fato, a elas lhes é negado parte ou a totalidade do direito à cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial está atrelada ao processo de produção do espaço urbano brasileiro, principalmente ao processo de urbanização (MARICATO, 2013). Devido a isso, o estudo acerca desse processo é importante, observável na paisagem urbana e a cidade de Manaus insere-se neste contexto.

A cidade de Manaus se expandiu com a ascensão de um ciclo econômico baseado na exportação da borracha, sendo constantemente influenciada pela Europa, tanto que a elite local a batizou de “Paris dos Trópicos”. O termo em si, tão poético e deslumbrante, esconde a face da cidade em que grande parte da população vive em situação de insalubridade. Manaus foi a primeira a receber iluminação, mas não foi para todos; Manaus possuía saneamento básico, mas era somente para a zona central; Manaus tinha calçamento e arruamento inspirados nos da Europa, mas apenas para uma pequena área da cidade. Neste período que se iniciou a construção de algumas pontes e o aterramento de igarapés, mas visando os interesses da elite gomífera, pois parte significativa da população se instalava nos igarapés, distantes dessa ideia de modernidade trazida pela produção da borracha.

Com a queda do ciclo econômico da borracha, a elite conheceu a estagnação que já fazia parte do cotidiano de grande parte da população manauara no início do século XX. Pouco foi feito, muito se esperou, o estado de espera dominou as classes mais altas da sociedade e o Estado, eles esperavam que as soluções viessem de fora. Enquanto isso, o restante da população resistia, lutava e sobrevivia.

A expressão da segregação socioespacial neste período vem com a Cidade Flutuante, que nada mais era que uma concentração de flutuantes na orla do Rio Negro e que adentrava para além da foz dos igarapés, com moradores que reivindicavam morar na cidade de Manaus, e, encontraram uma alternativa viável morando sobre as águas, pois os altos preços de aluguel e compra de terrenos na cidade não alcançava a água. Este período que compreendeu entre 1920 e 1967, é de suma importância para se compreender a produção do espaço urbano na cidade de Manaus, mesmo que o processo de urbanização ainda não esteja estabelecido neste período, contudo, o espaço urbano atual é produto de espacialidades anteriores a ele. É neste período, que se construiu diversas pontes e aterraram igarapés, criando as bases para uma expansão futura da malha urbana.

A Zona Franca de Manaus atraiu não somente pessoas, mas o capital industrial para a cidade de Manaus. Em todos os principais momentos aqui citados, a moradia é o principal problema urbano, principalmente a ausência de medidas para garantir moradia para as populações das classes mais baixas da sociedade. Mesmo assim, a população sempre buscou alternativas para solucionar isso, é um fenômeno que já era bem conhecido desde o período da borracha, se intensificou com a implantação do Polo Industrial de Manaus: as ocupações irregulares, e muitas se tornaram bairros. É neste período que a produção de conjuntos habitacionais e condomínios ganha força na cidade.

A partir da análise da urbanização da cidade de Manaus e de dois momentos da história da cidade que foram de suma importância para a produção do espaço urbano – Ciclo da borracha e a “estagnação econômica” – pode-se notar que a segregação socioespacial é um dos elementos fundamentais na produção do espaço urbano na cidade, pois a cidade se expandiu horizontalmente sendo condicionada pela impossibilidade de moradia para todos os moradores, assim criando a periferia. O Estado dispõe condições para desenvolvimento econômico, todavia, sem planejamento urbano visando uma expansão urbana que garantisse moradia para todos, fazendo “vista grossa” para algumas ocupações irregulares, permitindo que a população chegue antes da infraestrutura urbana. Ao longo do trabalho, pode-se notar a intensificação da segregação socioespacial em todos os principais momentos urbanos e em poucos momentos da história da produção do espaço urbano manauara se nota um planejamento voltado para a realidade local e que garanta qualidade de vida urbana para todos, a ausência de planejamento já é um plano por si só. Um plano que reforça o processo de segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Contexto, 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo, 2018

ALVES, Glória. Transformações e resistências nos centros urbanos. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**, 1. Ed. Contexto. São Paulo, 2018.

ANDES, Pedro Marcos Mansour. Entre à Paris dos trópicos a à Miami brasileira: as imagens da cidade de Manaus durante a estagnação econômica. **Escritas**. Araguaína/TO: vol. 7, n. 2. p.230-252. 2016.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Curitiba/PR: v.1, n. 1, p. 33-42. 2009.

BRAGA, Eduardo Henrique Freitas. **A (re)produção da metrópole na Amazônia: Manaus, a cidade que atravessa o rio**. Universidade Federal do Amazonas – Ufam. Dissertação (mestrado). Manaus, 2019.

CARLOS, A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Contexto, 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do espaço urbano**. EDUSP. São Paulo, 1994.

CONDOMÍNIO Jardins das Américas - Ponta Negra, 750m2 área construída. **Amazonas House**. Disponível em: <https://www.amazonashouse.com.br/p/38086090/venda-amazonas-manaus-condominio-jardim-das-americas-ponta-negra-750m-area>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

HISTÓRICO: A história da Zona Franca de Manaus, em resumo. **Governo Federal - Governo do Brasil**, 14 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/o-que-e-o-projeto-zfm>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis/MT: v. VII, nº 8, p. 129-153. 2008.
O JORNAL. As Casas Populares da Cohab-AM. 30 jul. 1968. In: DUARTE, Durango. Fatos e Datas Históricas. Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OLIVEIRA, Beatriz; PROFIRO, Caio. **A Manaus que (quase) ninguém quer enxergar. ((o))eco**, 19 de Abril de 2022. Disponível em; <https://oeco.org.br/reportagens/a-manaus-que-quase-ninguem-quer-enxergar/>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso.** Editora Valer, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Anablume, 2009. p. 13-39.

OPERAÇÃO retira barracos de invasão ao lado da Reserva Adolpho Ducke, em Manaus. **G1 - O portal de notícias da Globo**, 25 de Março de 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/03/25/operacao-retira-barracos-de-invasao-ao-lado-da-reserva-adolpho-ducke-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

REINTEGRAÇÃO de posse na invasão Monte Horebe em manaus; FOTOS. **G1 - O portal de notícias da Globo**, 02 de Março de 2020. Disponível em;

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/03/02/reintegracao-de-posse-na-invasao-monte-horebe-em-manaus-fotos.ghtml>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. **In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Crise Urbana**, 1. Ed., 1. Reimpressão. Contexto. São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** Contexto, 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo, 2018

SANTOS, Altair. Manaus tem maior conjunto do Minha Casa Minha Vida. **Massa Cinzenta**, 25 de Outubro de 2013. Disponível em: <https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/manaus-tem-o-maior-conjunto-habitacional-do-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 16 de Mai. de 2022.

SOUZA, Leno Barata. Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas. **Urbana**. Campinas/SP: v.8, n.2 [13], p. 115-146. 2016

SOUZA, Lupuna Corrêa de. **Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização 1970 a 2010.** Manaus/AM: Universidade do Estado do Amazonas UFAM. Dissertação (mestrado). 2016.

SOUZA, Roberto Fontes de. Economia e produção do espaço urbano precário: um olhar para o processo de urbanização da cidade de Manaus. XVII ENANPUR **Anais[...]**. São Paulo/SP. 2017.

SPOSITO, E. **Geografia e Filosofia.** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP. 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** Contexto, 1 ed., 2ª reimpressão. São Paulo, 2018.

VELOSO, Tiago Veloso dos Santos. **Metrópole e Região na Amazônia:** Concepções do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. Belém/PA: Universidade Federal do Pará UFPA. Tese (Doutorado). 2015.

VOLOCJKO, Danilo. Nova reprodução das periferias urbanas e reprodução do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana.** São Paulo/SP: 1. Ed. Contexto. 2018.